



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

NA LABUTA E NA LUTA:

AS TRABALHADORAS NAS PÁGINAS DE *O ESTADO* (TERESINA, PI - 1972-1975)

ALVERALICY DA COSTA GOMES

Foz do Iguaçu – PR

2024

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

NA LABUTA E NA LUTA:

AS TRABALHADORAS NAS PÁGINAS DE *O ESTADO* (TERESINA, PI - 1972-1975)

ALVERALICY DA COSTA GOMES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Endrica Geraldo

Foz do Iguaçu
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação Catálogo de Publicação na Fonte.
UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PT

G633L

Gomes, Alveralicy da Costa.

Na labuta e na luta: as trabalhadoras nas páginas de O Estado (Teresina, PI - 1972-1975) / Alveralicy da Costa Gomes. - Foz do Iguaçu, 2024.

107 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Humanas, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS).

Orientador: Endrica Geraldo.

1. Imprensa. 2. Mulheres - Emprego. 3. Trabalhadoras. 4. Ditadura. I. Geraldo, Endrica. II. Título.

CDU 331.1-055.2(812.2)

ALVERALICY DA COSTA GOMES

NA LABUTA E NA LUTA:

AS TRABALHADORAS NAS PÁGINAS DE *O ESTADO* (TERESINA, PI - 1972-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Endrica Geraldo

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Endrica Geraldo
UNILA

Prof^ª. Dr^ª. Rosangela de Jesus Silva
(UNILA)

Prof^ª. Dr^ª. Joseanne Zingleara Soares Marinho
(UFPI/UESPI)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

É com muita gratidão, honra e prazer que concluo esta Dissertação. O início no Programa de Pós-Graduação em História foi cheio de dúvidas, por ser em outro estado me questionei várias vezes se tudo daria certo, pois eu torcia muito para que desse, eu queria dar conta. Fiquei muito feliz com a aprovação, desde o final da minha graduação eu queria ingressar no Mestrado, porém tinha outros planos e este foi adiado por um tempo, mas com muita honra e felicidade concluo. A pesquisa me deixa encantada em suas variadas formas e o Mestrado me fez voltar um pouquinho ao tempo e sentir a agonia e a delícia que é a pesquisa, sou encantada pela História. Foram mais de dois anos de muito conhecimento e experiências e durante esse percurso tenho muito a agradecer: À Deus primeiramente, pois é através Dele que tudo se torna possível e é conhecedor de todos os planos e reservou para mim este momento da melhor forma possível. À minha família por todo amor, apoio e compreensão. Meus pais, Vera Lúcia e Albano Calaça, vocês são os melhores pais, meus maiores exemplos e base. Aos meus irmãos, Albano Júnior e Alverlany por serem meus incentivadores, vocês também são exemplos e alicerce para mim, além disso agradeço imensamente pelos meus três sobrinhos, Otávio, Natan e Ágata são meus amores e meu combustível diário para me tornar sempre uma pessoa melhor. Sou inteiramente grata a todos vocês! À Universidade Federal Latino-Americana (UNILA), instituição que me proporcionou oportunidade para concluir o Mestrado e bem como experiências, compartilhar conhecimento e conhecer excelentes professores. Devo destacar duas grandes amigas, Hamanda Machado e Juliana Alves, que concluíram comigo a graduação na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), são mestres em História pela UNILA e são responsáveis por terem me incentivado a fazer o Mestrado, o que a UESPI uniu a UNILA não separou, sou grata pelo companheirismo e carinho. À minha orientadora, professora Dr.^a Endrica Geraldo por ter aceitado meu projeto e desde então contribuiu muito nesta caminhada tanto no âmbito profissional que executa com excelência quanto pessoal, sempre dedicada e atenciosa, me apoiou e me deu forças para continuar sempre disposta a me ajudar quando necessário, sou imensamente grata. À professora Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, foi minha

orientadora na graduação e sempre incentivou para que eu tentasse o Mestrado, sempre disponível a me ajudar, tirar dúvidas, além de ter contribuído muito durante meu estágio docente por todo conhecimento e experiência compartilhada, sou muito grata por tê-la na banca examinadora, assim como agradeço a professora Dr^a. Rosângela de Jesus Silva, foi uma das minhas professoras durante o Mestrado, a qual reconheço pela competência e vasto conhecimento, que foram de grande relevância e contribuição como profissional, agradeço igualmente pelas contribuições relevantes apresentadas durante a banca de qualificação. É com imensa satisfação que encerro este ciclo, que não foi fácil, pois fui aprovada em um concurso e tive que me dedicar ao Curso de Formação durante aproximadamente oito meses, e nesse período consegui qualificar, e posteriormente tive que tentar seguir escrevendo. Foi um processo complicado de conciliar assim como após tomar posse, conseguir retomar a escrita desta Dissertação não foi fácil, mas foi um processo que em sua totalidade me fez grande e sou muito grata a todos que participaram diretamente ou indiretamente dessa conquista. Por fim, dedico a mim pelo meu esforço durante essa complexa e deliciosa jornada, que com muita dedicação concluo.

RESUMO

Este trabalho analisa de que forma as mulheres, de diferentes classes sociais em sua relação com os mundos do trabalho, foram apresentadas e representadas entre os anos de 1972 e 1975 no jornal *O Estado*, publicado na cidade de Teresina, no Piauí. A década de 1970 foi marcada por grandes transformações para as mulheres no Brasil, como o grande crescimento de sua presença nos espaços públicos e no mercado de trabalho, além da intensificação das suas formas de organização e lutas por direitos. Este estudo pretende contribuir com os debates a respeito das lutas das mulheres por direitos, sobre sua inserção no mercado de trabalho e sobre como a imprensa repercutia essas questões, onde percebe-se através da análise do jornal *O Estado* que as mulheres teresinenses além dos espaços privados ocupavam espaços públicos, até aqueles que antes era majoritariamente dominado por homens. O processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi contínuo e não é igual entre todas, pois dependendo das condições, oportunidades e dos lugares ocupados, as mulheres também diferem entre si dos espaços públicos que ocupam.

Palavras-chave: Imprensa; Mulheres; Trabalhadoras; Ditadura.

ABSTRACT

This work analyzes how women, from different social classes in their relationship with the worlds of work, were presented and represented between 1972 and 1975 in the newspaper O Estado, published in the city of Teresina, Piauí. The 1970s were marked by major transformations for women in Brazil, such as the great growth of their presence in public spaces and the job market, in addition to the intensification of their forms of organization and struggles for rights. This study aims to contribute to the debates regarding women's struggles for rights, their insertion in the job market and how the press reflected these issues, where it is clear through the analysis of the newspaper O Estado that Teresina women, beyond the spaces Private spaces occupied public spaces, even those that were previously dominated by men. The process of insertion of women into the job market was not continuous and is not the same among all, as depending on the conditions, opportunities and places occupied, women also differ from each other in the public spaces they occupy.

Keywords: Press; Women; Workers; Military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - 50 mil piauienses recebem Médici.....	25
Imagem 2 - Migração: o drama de Teresina.....	28
Imagem 3 - Mulher com filhos seguem para o Maranhão.....	30
Imagem 4 - Seu problema é emprego?.....	44
Imagem 5 - Orlar cumpre sua meta.....	53
Imagem 6 - Mobral promove curso.....	54
Imagem 7 - Mulheres em curso de datilografia.....	55
Imagem 8 - Concludentes do curso de manejos e bordados.....	56
Imagem 9 - Vera Lobão aprovada Procuradora Assistente.....	58
Imagem 10 - Advogada não para luta para ser juíza.....	58
Imagem 11 - Charge secretária 01.....	60
Imagem 12 - Charge secretária 02.....	60
Imagem 13 - Funcionárias do Caixa Forte.....	62
Imagem 14 - Formação de professoras.....	63
Imagem 15 - Mulher operária.....	67
Imagem 16 - Mulher agora faz parte do troca-troca.....	68
Imagem 17 - Feira do Troca-Troca na década de 1970.....	70
Imagem 18 - Vista a leste da edificação a partir da Av. Maranhão.....	70
Imagem 19 - Um camelô diferente.....	71
Imagem 20 - Ambulantes nas praças.....	73
Imagem 21 - Mulher vendendo em bodega 01.....	74
Imagem 22 - Mulher vendendo em bodega 02.....	74
Imagem 23 - Empacotadoras trabalhando.....	75
Imagem 24 - Instituto Charl's.....	76
Imagem 25 - Cobradora de ônibus Maria Euzelia.....	78
Imagem 26 - Centro Materno Infantil.....	81
Imagem 27 - Sol prejudica o orçamento das lavadeiras.....	82
Imagem 28 - Primeira doméstica a tirar carteira.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM PASSO DE CADA VEZ	21
1.1 A SOCIEDADE NA DÉCADA DE 1970.....	21
1.1.1 A Imprensa e o Mercado de Trabalho.....	34
1.1.1.1 <i>Para entrar para história é preciso fazer história: contextualização da história das mulheres</i>	45
2 SÃO MUITAS FUNÇÕES MULHER: OS ESPAÇOS OCUPADOS PELAS MULHERES	49
2.1 QUALIFICANDO PARA ATUAR: OS ESTUDOS E TRABALHOS DESEMPENHADOS PELAS MULHERES.....	49
2.1.1 A ascensão das mulheres no mercado de trabalho.....	64
2.1.1.1 <i>O equilíbrio delicado: ser mãe e trabalhadora</i>	80
3 VOZES DO LAR: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA ERA DA MUDANÇA DOS ANOS 70	84
3.1 ALÉM DOS SALÁRIOS: RECONHECENDO O TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO.....	84
3.1.1 Leis e Lutas: A Evolução da Legislação para o Trabalho Doméstico.....	87
3.1.1.1 <i>As trabalhadoras domésticas e o dilema da regularização</i>	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
FONTES HEMEROGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na sociedade nem sempre foi vista ou analisada, do ponto de vista acadêmico. Apenas ao longo do século XX a historiografia passou a ter as mulheres como objeto de estudos e pensadas como sujeitos históricos. Antes a presença feminina estereotipada como estando restrita ao ambiente doméstico, porém as mulheres foram conquistando espaços ou ainda, a sua presença nos espaços públicos ou no mercado de trabalho passou a ter mais visibilidade e reconhecimento. Essas mudanças na historiografia em parte acompanharam uma trajetória de transformações e conquistas das mulheres em termos de desenvolvimento de suas formas de organização e conquista de direitos e especialmente ao crescimento de sua presença no mercado de trabalho. Muitas dessas questões tiveram ampla repercussão na imprensa, inclusive no Brasil. Algumas pesquisas procuram avançar na investigação sobre o tema das mulheres na imprensa brasileira. Nossa proposta, ao longo desta dissertação, tem como foco analisar como o jornal *O Estado*, meio de comunicação que alcançou poder e relevância social ao retratar a sociedade do seu tempo e influenciar comportamentos, debateu sobre essas questões e principalmente sobre as mulheres no mercado de trabalho da região. O objetivo é discutir como o jornal abordou diferentes elementos do universo das mulheres trabalhadoras, inclusive questões relacionadas a conquista de direitos trabalhistas, nas edições publicadas entre os anos de 1972 e 1975.

Significativas transformações sociais, políticas e econômicas ocorreram na década de 1970, período em que vários países da América Latina, incluindo o Brasil, vivenciavam Ditaduras Militares. Nesse período, movimentos liderados por mulheres ganhavam forças. Questionamentos a respeito da liberdade e igualdade eram pautas de congressos e reuniões, além de ser o período que crescia a presença feminina no mercado de trabalho e alcançavam visibilidade no espaço público. A imprensa tem sido considerada uma importante fonte de pesquisa pela historiografia, permitindo investigações sobre diversas questões sociais, políticas e também sobre o cotidiano. Nessa perspectiva, a investigação sobre como um órgão de imprensa abordou as mulheres na

sociedade piauiense, em especial elementos de suas condições de vida e de trabalho, assim como reivindicações e posicionamentos pode contribuir para os debates a respeito das transformações, lutas e conquistas das mulheres brasileiras em plena Ditadura Militar¹.

O interesse por essa temática está associado a curiosidade e a necessidade de dar relevância e registrar a participação feminina na sociedade teresinense, em especial, no mercado de trabalho. Pretendo discutir como a imprensa, especificamente, o jornal *O Estado*, representava e discutia a respeito dessas mulheres. A intenção pelo estudo das mulheres foi crescendo durante a formação acadêmica ao ter acesso à disciplina que abordou sobre a participação feminina na Revolução Francesa, depois participei do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero (GRUPEHCGE) a convite da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, que foi orientadora e compartilhou conhecimentos que contribuíram com o interesse pelo estudo das mulheres. Além disso, realizei o Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2018 “E tu mulher estás no jornal? As representações femininas no jornal ‘O Estado’, em Teresina (1972-1975)” sobre a representação feminina de modo geral no jornal *O Estado*. A partir disso, foram identificados registros interessantes das mulheres e o mercado de trabalho, o que motivou a presente pesquisa. Meu foco foi cada vez mais direcionado para as transformações em torno do trabalho feminino na década de 1970. Merece destaque a heterogeneidade das abordagens sobre as mulheres no jornal *O Estado*. Apesar de abordar questões relacionadas aos direitos das mulheres e suas reivindicações por igualdade, o periódico também publicou diversos materiais que as colocam como subordinadas e que reforçavam o patriarcalismo e o machismo.

O jornal *O Estado* foi fundado no mês de março no ano 1969 por Venelouis Xavier Pereira. Foi dirigido por Helder Feitosa Cavalcante e ficava localizado na Rua Lisandro Nogueira, em frente ao Mercado Central, em

¹ Existe um amplo debate na historiografia sobre a natureza da ditadura e se ela dever ser nomeada como “Ditadura Militar”, “Ditadura Civil-Militar” ou “Ditadura Empresarial-Militar”. Nesta dissertação, sigo o entendimento de Carlos Fico de que o apoio de importantes setores da sociedade civil, especialmente o empresariado, fez com que o golpe tenha sido “Civil-Militar”, mas que o regime que foi estabelecido foi de caráter militar. Desta forma, utilizei a expressão “Ditadura Militar”. FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

Teresina-PI, local em que era publicado. Posteriormente, a empresa mudou de local passando a funcionar na Rua Álvaro Mendes, 972. Foram feitas atualizações quanto a impressão do jornal que foi ficando mais eficaz nas impressões através do sistema offset², além de ter sido pioneiro no sistema de fotocomposição³. As páginas do jornal eram grandes com aproximadamente 35cm de comprimento e 40cm de altura, continha por volta de 12 páginas. Em 1972, o jornal divulgava que seu preço de venda era 50 centavos. No final do ano de 1975, o preço já estava em Cr\$ 2,00. Apresentava publicações diariamente, durante a semana até o final de semana e circulava em outras cidades do Estado do Piauí, além da capital Teresina.

Além das notícias piauienses, eram expostas notícias de propagação nacional e internacional, com abordagens sobre política, esporte, sociedade, arte, entre outros, demonstrando diversidade temática. Possuía ainda uma “Página Feminina” destinada às mulheres e continha dicas de exercícios, de decoração de casa, de alimentação, maternidade, astrologia, diversificados assuntos. Porém esta página não aparecia de forma diária no jornal. A representação é importante na identificação do indivíduo, Roger Chartier considera as representações coletivas como matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social⁴, assim como o discurso tem o poder de influenciar, as publicações jornalísticas também podem ser meios de controle e domínio do público. Tendo em vista que muitas pessoas tomam como verdade aquilo que elas veem, e o jornal não mostra o que os outros querem, mas sim o que ele quer repassar e qual ideia quer que o leitor adote.

O *Estado* publicava a respeito de diferentes mulheres em situações diversas no mercado de trabalho. É possível observar que as mulheres de classe social mais elevada apareciam associadas a temas como estudos com oportunidade de ingressar nas instituições de ensino superior, ou se deslocavam

² Sistema offset surgiu na segunda metade do século XX, substituindo sistemas anteriores como a tipografia e a litografia. A impressão offset é efetuada por meio de um processo indireto, quando a tinta deve passar por um cilindro intermediário antes de chegar ao papel. O sistema reproduz a imagem com o auxílio desse cilindro, utilizando um processo químico de repelência de água e óleo. Com máquinas de primeira linha, as impressões obtêm muita qualidade e são produzidas em grande escala em poucas horas. Fonte: www.slem.com.br.

³ Sistema de composição onde o mecanismo fundidor é substituído por unidade fotográfica, e que produz textos em suporte de filme ou papel fotográfico". FERREIRA (1999, p. 529) apud MAURENTE, V.; TITTONI (2007, p. 37).

⁴ CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

para outros estados, ou se casavam com homens da mesma classe social, ou seja, pareciam dispor de mais opções de escolha e de qualificação profissional. As mulheres das classes mais pobres apareciam relacionadas a formas de trabalho para complementar a renda da família ou para sustentar a família, para manter os filhos, sem muitas opções de escolha profissional, sem oportunidades de qualificação e sem muito tempo para dedicação aos estudos.

O jornal contava ainda com a contribuição de jornalistas mulheres. A Coluna da Iracema era de publicação frequente e abordava diversos assuntos de cunho social, político e da alta sociedade. A coluna Enfoque Educacionais, Educação e Cultura, de Maria do Socorro de Carvalho Moraes, apresentava sobre a educação dos jovens. Entretanto, a maioria das colunas era produzida por homens como J. Valmir, Climério Lima, Josias Clarence, Francisco Viana, Pedro Alcântara, entre outros.

Portanto, a escolha desse jornal como principal fonte foi definida pela riqueza de notícias e imagens associadas das mulheres em diferentes condições, e a proposta é investigar mais profundamente como foi abordado o universo das mulheres em diferentes tipos de trabalhos e questões relacionadas ao aumento da presença feminina no mercado de trabalho da região. Merece destaque, por exemplo, o crescimento de publicações realizadas sobre o direito de carteira de trabalho das empregadas domésticas especialmente ao longo do ano de 1973 no Piauí, considerando que em dezembro de 1972 havia sido publicada no Brasil a Lei n. 5859⁵, que tratava da profissão do empregado doméstico.

As fontes encontram-se no Arquivo Público do Piauí, localizado em Teresina-PI. Devido à pesquisa que desenvolvi no Trabalho de Conclusão de Curso⁶, tive acesso a alguns exemplares do ano de 1972. Porém, atualmente só está disponível a partir de abril 1973. Finalmente, a análise será realizada até o ano de 1975. A hipótese é que este intervalo entre 1972 e 1975 permite um acompanhamento de debates sobre temas como os direitos trabalhistas das

⁵ Lei n. 5859, de 11 de dezembro de 1972. "Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/11/2022.

⁶ GOMES, Alverally da Costa. E tu mulher, estás no Jornal? As representações femininas no jornal O Estado em Teresina. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual do Piauí (UESPI), 2018.

trabalhadoras domésticas remuneradas no Piauí em um período de tanto fortalecimento dos temas e movimentos de mulheres internacionalmente que levou a ONU a instituir 1975 como o Ano Internacional da Mulher e que também é reconhecido como o período de grande efervescência do chamado feminismo de “Segunda Onda”, inclusive no Brasil⁷.

Os historiadores têm procurado estudar a imprensa como um importante veículo para captar o movimento vivo das ideias e personagens da história.⁸ De acordo com Tania Regina de Luca, a função do historiador é analisar o contexto social e os discursos jornalísticos, tendo em vista as relações sociais e de poder nas quais o periódico está inserido. Como referência para o trabalho com a imprensa, serão também utilizados os estudos de Maria Capelato, *Imprensa e História do Brasil* (1988).

Entendendo o período aqui definido em razão das mudanças sociais, políticas e econômicas que aconteciam no Brasil e na cidade Teresina, que passava por um processo de modernização, o foco nos discursos sobre as mulheres e as mudanças na vida pública, o acesso ao trabalho, o envolvimento entre o ambiente público e o privado deve possibilitar compreender algumas características desse processo nessa região específica.

A metodologia empregada é associação da análise do conteúdo de textos e imagens presentes no jornal, a fonte hemerográfica, com os estudos bibliográficos. O poder, conceito utilizado por Michell Foucault contempla esta pesquisa, tendo em vista as relações de poder, dominante e dominado, fazem parte da historiografia e o lugar de dominado foi muito tempo ocupado pelas mulheres, além de serem excluídas de diversos momentos históricos, então em trechos do jornal é possível verificar como este discurso de posição submissa da mulher ainda perdurava e era replicado na década de 1970. A representação contribui para influência social, a forma como as notícias ou as pessoas, aquelas que veem se sentem representados de alguma forma, isso é uma forma de influenciar. E a combinação das unidades é que gera o coletivo. As representações determinam posições e relações que constroem, para cada

⁷ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

⁸ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade⁹. A forma como fatores são expostos contribuem para construção de identidade, de identificação, da formação de um grupo. Assim como a história das mulheres, muito debatido por Michelle Perrot, quanto a atuação da mulher e limitações impostas apenas por ser mulher e a falta de reprodução historiográfica dos feitos das mulheres:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação, está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério [...].¹⁰

Diante disso, Michelle Perrot associa a importância da disseminação da participação feminina na História, sendo assim a proporção de visibilidade contribuiria com a propagação da atuação feminina. Associado a isso, Joan Scott destaca que com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens¹¹. Atualmente, é possível observar mulheres atuando em vários campos, em lugares que antes eram ocupados apenas por homens ou majoritariamente por eles.

O acesso das mulheres à educação e ao trabalho foi questão de primeira ordem no feminismo organizado, nos anos 1930, no Brasil. Aproveitando a abertura política configurada com a Revolução, a FBPF, além do direito ao voto, trabalhou pela instituição de mecanismos jurídicos e institucionais que assegurassem a igualdade de gênero, no que diz respeito à educação e ao trabalho.¹²

A historiadora também destaca que embora o feminismo não tenha se tornado um movimento organizado em Teresina naquele período, as

⁹ CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Universidade/ UFRGS, 2002.

¹⁰ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, (4), 9–28. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. p. 09. Acesso em: 26 set. 2022.

¹¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

¹² CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, Educação e Trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. História Revista, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 103–128, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/32045>>. p. 117. Acesso em: 27 jul. 2022.

suas demandas impulsionavam a reflexão e a redefinição das relações de gênero¹³. Na capital piauiense, ainda que não houvesse um movimento uniforme e consciente do feminismo, muitas mulheres reuniam-se com propósito de liberdade e autonomia feminina. Ou seja, mesmo não se identificando como feministas, tinham atitudes que cooperavam para a autonomia das mulheres. Muitas delas eram vistas de forma negativa pela sociedade, apenas por buscarem seus direitos e independência, sendo associadas até como loucas pois muitas eram vistas assim por não seguirem o padrão tradicional imposto socialmente.

Essa mulher-louca construída ao longo dos anos vem de um processo histórico que aponta um perfil prévio da mulher ideal, responsável por se adequar ao papel de mãe e esposa, dedicada a serviços domésticos e a eterna submissão no casamento. As mulheres que se recusavam a seguir essas normas passavam a ser mal vistas pela sociedade, tanto por sua falta de adaptação quanto por passar a se tornar alheia a um sistema. Essa má conduta da mulher poderia levar a consideradas desestabilização da sociedade, visto que em todos os âmbitos da vida cotidiana a mulher exercia papel fundamental de manutenção social.¹⁴

Então, a mulher que não seguia o padrão tradicional de casar, ser mãe e dona de casa, não era bem vista socialmente, pois esta era sua principal função social.

A mulher que se recusava ou apresentava alguma resistência a essa figura feminina perfeita da mulher-mãe-esposa passava a ser mal vista de modo a ser enquadrada como louca, visto que havia um perfil ideal, a mulher que se recusava a se manter nesse perfil era considerada como um desvio da normalidade ou até mesmo uma afronta.¹⁵

Dessa forma, observa-se que os lugares ocupados pelas mulheres eram delimitados, não tinham tanta liberdade para ocupar outras posições, senão aquelas pré-estabelecidas, esta pesquisa não busca reforçar a posição feminina de exclusão, mas sim de fortificar que elas compõem a história e a principal conquista foi de escolher o que quer ser, independente se no ambiente público ou privado, o livre arbítrio da escolha de poder ter autonomia sobre sua vida. Pois mesmo sendo destinada ao ambiente privado, não se pode negar que todas as mulheres não queriam, muitas queriam e estavam felizes

¹³ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, Educação e Trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 103–128, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/32045>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

¹⁴ FRANKLIN, Camila Fortes. Triste louca ou má: os perfis da mulher com transtornos mentais na imprensa piauiense. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Belem- PA. 2019. p. 01.

¹⁵ Ibid. p. 01.

com sua vida no lar, enquanto outras buscavam maior independência, queriam trabalhar, ou queriam conciliar tanto a vida no âmbito privado quanto público, então isso deve ser observado e considerado. Por isso o título é “Mulheres na labuta e na luta”, pois ao tempo em que trabalham, enquanto enfrentam a labuta diária, igualmente enfrentam lutas diárias para ocupar os espaços que ocupam.

No Piauí, existem estudos acerca das mulheres com temporalidades diferentes, como do historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco que é pioneiro ao abordar sobre a história das mulheres uma publicação marcante é o livro “Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República”. Igualmente tem a pioneira nos estudos de gênero, historiadora Elizangela Cardoso, ao abordar sobre o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930, destaca que em Teresina desde o final do século XIX, intelectuais tomavam conhecimento de ação feminista das mulheres na Europa, nos Estados Unidos e em algumas cidades brasileiras, tornando-se sensível ao tema.

A escrita das mulheres acerca do feminismo, em Teresina, é tributária de um conjunto de transformações que atravessam a vida de parte das mulheres das classes alta e média, nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, mulheres desses segmentos saíam do espaço privado e de seus papéis, formando uma esfera pública feminina. O acesso à leitura, à escrita, ao lazer, à educação e ao trabalho, incorporava-se ao universo de expectativas e também ao campo das experiências femininas¹⁶.

A historiadora também faz referência a escola de normalistas, e que “a experiência de estudo e de trabalho, o desenvolvimento de projetos pessoais para além do casamento e da maternidade vividos pelas normalistas, bem como o acesso a notícias acerca da dinâmica dos feminismos no mundo ocidental, as tornou sensíveis às demandas feministas”¹⁷. Além disso ressalta que algumas normalistas identificaram com o feminismo, porém não se tem notícias de movimento feminista organizado em Teresina, nesse contexto.

Assim como o período em estudo desta pesquisa, destaca-se também a historiadora Márcia Castelo Branco que aborda sobre o

¹⁶ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, Educação e Trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 103–128, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/32045>>. p. 105. Acesso em: 27 jul. 2022.

¹⁷ Ibid. p. 106.

comportamento feminino em Teresina nos anos setenta. Sua pesquisa contribui para situar no período as vivências dessas mulheres no cotidiano teresinense. Nalva Maria Rodrigues, possui uma pesquisa, dissertação de Mestrado, voltada para participação feminina na política piauiense no período de 1970 a 1998. Jenilda da Silva em sua dissertação aborda sobre as representações femininas veiculadas no Jornal *O Dia* em Teresina na década de 1970. Este último trabalho, é o que mais se aproxima da presente pesquisa. Apesar de trazer abordagem de forma mais geral.

Da mesma forma esta pesquisadora realizou no Trabalho de Conclusão de Curso com abordagens mais gerais de como as mulheres eram apresentadas no jornal *O Estado*, que motivou o desenvolvimento desta pesquisa com o tema específico trabalho no recorte de 1970, tendo em vista que apesar das diversidades dos estudos e que contribuem para desenvolvimento desse trabalho, não foram localizadas muitas pesquisas voltadas para esta temática com esse recorte temporal e espacial, principalmente com uso da imprensa como fonte, sendo assim relevante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Além dessas com recorte espacial do Piauí, tem a tese de Soraia Carolina de Mello, "Discussões feministas na imprensa para mulheres: Revista Claudia e o trabalho doméstico". A autora traz uma discussão sobre as trabalhadoras domésticas e utiliza a revista Claudia como fonte. Para esta pesquisa foram analisados alguns trabalhos que abordam sobre o contexto social, político e econômico de Teresina e o uso da imprensa, a fim de melhor compreensão do cenário em que tanto o jornal quanto as mulheres estavam inseridas.

Diante disso, o trabalho será organizado em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma abordagem contextual para analisar como era a sociedade teresinense nos anos 1970, partindo do contexto nacional, para analisar em qual conjuntura as mulheres estavam inseridas e a partir disso abordar discussão sobre o acesso ao mercado de trabalho associado a imprensa. Nesse capítulo será mencionado sobre a imprensa, o mercado de trabalho, gênero e um breve histórico sobre a relevância da História das Mulheres.

O objetivo do capítulo dois é a realização de uma análise nos moldes gerais das trabalhadoras que são apresentadas no jornal *O Estado*, quais

classes sociais elas ocupam e quais ambientes de trabalho frequentam, considerando as diferenças dos espaços ocupados por cada uma delas e como era o discurso da imprensa quanto a essas diferenças. Além de exibir quais qualificações e espaços ocupados pelas mulheres tanto de classe social alta, média e baixa, como são diferentes as oportunidades e os espaços ocupados por essas mulheres de diferentes classes sociais.

O terceiro capítulo pretende apresentar uma discussão sobre as trabalhadoras domésticas remuneradas, temática que foi bastante mencionada no jornal *O Estado*, especialmente ao longo do ano de 1973. É pertinente investigar, a partir dessas publicações, elementos do debate os direitos trabalhistas de uma categoria que historicamente persistiu em situação de grande precarização e marcada por estereótipos.

Então a fonte hemerográfica alinhada as bibliografias proporcionaram o desenvolvimento desta pesquisa que leva analisar e compreender os desdobramentos dos lugares ocupados pelas mulheres em especial os ambientes de trabalho.

1 UM PASSO DE CADA VEZ

Neste capítulo será realizada uma apresentação do contexto histórico, social e econômico da década de 1970, em específico da sociedade teresinense, a fim de situar o contexto temporal e espacial no qual as mulheres trabalhadoras estavam inseridas. Além disso, serão discutidos alguns elementos indicativos de como o próprio contexto, inclusive a Ditadura Militar, foram tratados no jornal *O Estado*.

O primeiro tópico trata da ditadura militar, da situação econômica e do projeto desenvolvimentista do período. No segundo tópico é feita uma análise da imprensa e da sua relevância social, seu papel como formador de opinião e sua importância como fonte de pesquisa. Além disso, também serão apresentadas algumas questões sobre as mulheres, principalmente no que se refere a sua presença nos mundos do trabalho. O último tópico é relatado sobre o processo de inserção dos estudos sobre as mulheres, sobre a historiografia e a importância dessas discussões para difundir o reconhecimento e participação feminina na sociedade.

1.1 A SOCIEDADE NA DÉCADA DE 1970

A década de 1970 é definida por diversos momentos históricos, assim como por mudanças sociais, econômicas e políticas que perpassaram pelo século XX. Uma das questões principais foi o fenômeno de crescimento de ditaduras em diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil. No Brasil, entre 1969 e 1975 governou o presidente Emílio Garrastazu Médici, o terceiro presidente durante a ditadura militar. O governo de Médici, além do autoritarismo, ficou conhecido por questões relacionadas ao desenvolvimento nacional, especificamente o chamado milagre econômico. No entanto, existem controvérsias quanto a este momento, devido ao país sofrer com alta inflação.

Ramos em sua pesquisa sobre o milagre econômico, cita o economista Singer afirmando que “os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salários foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotado uma política salarial uniforme para todo

o país”¹⁸. Isso influenciou na renda dos trabalhadores, “deste modo o salário mínimo real foi reduzido, diminuindo a renda dos trabalhadores, principalmente os menos qualificados que ganhavam o equivalente ao salário mínimo”¹⁹. Diante disso, nota-se a interferência direta da autoridade governamental na liberdade dos trabalhadores que foram impedidos de reivindicar por melhores salários. Além disso, havia o impacto econômico, com a desvalorização do salário diante do crescimento da inflação.

A grande maioria dos meios de comunicação fazia propaganda do crescimento. A Ditadura e esses meios de comunicação buscavam promover o sentimento de ufanismo na população. Entretanto, se uma pequena parcela era beneficiada, a grande maioria, os trabalhadores, sofriam com condições precárias no ambiente de ofício e baixos salários sem ter o direito de reivindicar. Essa aparente falta de reivindicação sustentava a imagem de uma boa gestão de um país em crescimento. O perfil distributivo não foi completamente eficaz, como afirmam economistas:

[...] deve-se lamentar que o perfil distributivo tenha tomado a configuração que trilhou ao longo dos anos 1970. Tivemos, aí sim, uma verdadeira “década perdida” para o salário mínimo e para uma distribuição mais justa de renda, tivesse o padrão de acumulação tido uma outra configuração – em favor do mercado consumidor de massas e de políticas sociais não voltadas apenas para a abertura de novos espaços de acumulação do capital privado. Não foi para isso, porém, que as forças que deram o golpe em abril de 1964 agiram contra a democracia²⁰.

O governo tinha o Plano Nacional de Desenvolvimento com estratégias industriais e agrícolas, além de integração das regiões, como o Programa de Integração Nacional (PIN) que compreendia “a construção da Transamazônica, para interligação da Amazônia com o Nordeste; e da Cuiabá-Santarém (BR-165), eixo longitudinal no sentido Norte-Sul, para conexão com o Planalto Central e o Centro-Sul do País assim como para sua articulação, por

¹⁸ SINGER, 1980, p.54 apud RAMOS, 2007, p.04.

¹⁹ RAMOS, Luiz Philippe dos Santos. O milagre econômico brasileiro (1968-1973). UFPR, 2007. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/handle/1884/76809>. p.04. Acesso em: 25 set. 2022.

²⁰ BARONE, R. S; BASTOS, P. P. Z; MATTOS, F. A. M. A distribuição de renda durante o milagre econômico brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto para Discussão. Instituto de Economia Unicamp, Campinas, n.251, fev. 2015. p. 20. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

outro lado, com o sistema rodoviário interamericano”²¹. Essa era uma das propostas que abrangia o PIN, no qual foi empenhado muitos recursos para a construção da Transamazônica, que atravessa estados do Norte e Nordeste, sendo Piauí, Maranhão, Paraíba, Pará e Amazonas, e promovendo o encontro dessas regiões. Porém, isso gerou dificuldades pela falta de pavimentação na estrada. A obra ficou conhecida como faraônica, dentre outras realizadas na mesma temporada como usinas e a ponte Rio-Niterói. Esses feitos grandiosos chamavam a atenção, pois o Brasil aparentava estar em processo de acelerado desenvolvimento econômico. Apesar disso, havia muitos indícios de que parte da população não acompanhava esse progresso. O próprio presidente reconhecia a situação da população, ao dizer que a economia ia bem, mas o povo ia mal:

O presidente Garrastazu Médici afirmou ontem, ao pronunciar a aula inaugural dos cursos da Escola Superior de Guerra, que ao examinar os esforços e os sucessos obtidos nos últimos seis anos pelos três Governos da Revolução, chegou à “pungente conclusão de que a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal”²².

Além da economia, foram feitos investimentos também no âmbito educacional, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa criado em 1970 com a finalidade de cessar o analfabetismo do Brasil. Contudo, não atingiu o seu propósito, sendo extinto em 1985 pelo presidente José Sarney, e diplomou 15 milhões dos 70 milhões de brasileiros, diminuindo apenas 2,7% o índice de analfabetismo²³. Outro investimento igualmente relacionado ao campo educação, foi o direcionamento da formação técnica, visando a formação de mão de obra. O ensino pautado no trabalho, potencializando a economia do país, não apresentava nenhuma linha de formação crítica²⁴. O ensino era relacionado com a produção, com a prática e com o trabalho, a preferência por uma sociedade mais ativa no campo do trabalho ao campo ideológico.

²¹ Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74. Dez. 1971. Disponível em: <bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>. Acesso em: 24 set. 2022.

²² Jornal do Brasil, n. 285, 11 mar. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1970_00285.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

²³ ISACONI, Rose. Mobral fracasso do Brasil. Estadão, São Paulo, 08 set. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 28 de fev. 2018.

²⁴ FURLAN, Elisângela. Educação na década de 1970: formação sem informação. p. 01-12.

Durante esse período, apesar das divergências e contrastes sociais, houve relativo crescimento, fomentação de empregos e ampliação de universidades, diversas instituições educacionais foram criadas durante o a Ditadura Militar. Mesmo diante de uma política mais repressiva, a década de 1970 representou mudanças em todos os âmbitos, como, em especial, discussões acerca das mulheres. No ano de 1973, o Jornal *O Estado*, registrou o fato do presidente Médici querer mais mulheres na vida política:

O presidente Medici aceitou convite para comparecer a solenidade de abertura do Primeiro Seminário Nacional da Arena sobre a Participação da Mulher na Vida Política, dia 28 de setembro, em Porto Alegre, ao receber ontem em audiência especial, as integrantes da comissão organizadora tendo a frente a vereadora Dercy Furtado, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O presidente Medici aplaudiu a ideia e garantiu todo o seu apoio, afirmando que considera muito importante a participação da mulher na vida política do país. Disse o presidente Medici que hoje, a mulher brasileira vive feliz, em tranquilidade e, portanto, com amplas condições de participar da vida política.²⁵

Esse trecho pode indicar que as mulheres estavam se organizando para debater seus direitos, a importância do voto, assim como da candidatura de mulheres a cargos políticos. Segundo planejadoras do evento: “O encontro – segundo as idealizadoras- deverá servir também para motivar a mulher a se candidatar a cargos eletivos, sempre dentro dos objetivos da participação. ‘Nada justifica que as assembleias, câmaras e até o senado tenham tão grande número de homens e tão poucas mulheres’”. As falas de idealizadoras e participantes do evento eram reforçadas pelo apoio do presidente, já que sua fala parece indicar a percepção de uma mudança social na rotina dessas mulheres, que foram conquistando os espaços públicos ou que, pelo menos, mereceriam participar também da esfera política da nação.

“Está na hora da mulher brasileira fazer a história com o homem e não continuar à margem, como até agora ocorreu”, essa é uma das falas de Dercy Furtado e mostra a ansia de ter mulheres protagonistas na história. O encontro tinha previsão de reunir cerca de 400 mulheres na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul.

²⁵ MÉDICI quer mais mulheres na vida política. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 299, p. 03, 19 ago. 1973.

É possível verificar que *O Estado* divulgava imagens e discursos favoráveis a esse governo, como ao indicar uma suposta popularidade do General Médici em um registro de sua chegada ao estado do Piauí:

Imagem 1 – 50 mil piauienses recebem Médici

Como vai o tempo

O tempo hoje apresenta-se bom com temperatura estável. A média permaneceu na marca dos 30 graus. A mínima foi de 25 no Monte Castelo.

50
CENTAVOS
12 Pgs.

O ESTADO

2a. FASE — Teresina, Terça-feira, 03 de Abril de 1973 — N.º 192

Diretor Geral — Hélder Feltoas Cavalcanti — Secretário — Herculano Moraes

Vaiar o que é nosso

Vaiar o time de casa e prestigiar a equipe de fora é muito triste. A torcida do Flamengo vaiou o Fla-ruínas, e por consequência o futebol do Piauí. É muito triste isto. Página esportiva.

50 MIL PIAUIENSES RECEBEM MÉDICI

Ao descer do avião, o Presidente Médici foi recebido pelos aplausos de piauienses que lotavam as dependências do aeroporto local. Na inauguração da ponte o Presidente caminhou entre populares, dando um toque marcante de simpatia e popularidade.





Fonte: Jornal O Estado (1973). Arquivo Público do Piauí²⁶.

A descrição da imagem- localizada no lado esquerdo - do General descendo do avião é “Ao descer do avião, o Presidente Médici foi recebido pelos aplausos de piauienses que lotavam as dependências do aeroporto local, Senador Petrônio Portela. Na inauguração da ponte o Presidente caminhou entre populares, dando um toque marcante de simpatia e popularidade”²⁷. Na foto principal é possível observar que no local tinha muitas pessoas, isso demonstra em conjunto com a manchete e o texto, que o jornal

²⁶ CINQUENTA MIL piauienses recebem Médici. Jornal O Estado, Teresina, n. 192, p.01, 03 abr. 1973.

²⁷ Ibid.

tenta transmitir a informação de que os piauienses possuíam uma estima pelo presidente. A vinda do presidente foi motivada por inaugurações “na capital piauiense o mais alto mandatário do país realizará inaugurações, dentre as quais a ponte rodoviária sobre o rio Parnaíba, o Instituto da Educação e asfaltamento de estradas”²⁸. O Piauí seguia essa política desenvolvimentista e estava sob o governo do Alberto Tavares Silva (1971 – 1975), que era simpatizante desse ideário progressista.

A partir da segunda metade do século XX, as cidades passam por mudanças estruturais, como a introdução do modelo de modernização brasileira²⁹. A modernidade atraía os olhares das pessoas que não vivam nos centros urbanos, dessa forma as migrações foram intensificadas, trazendo com isso o aumento da população na capital teresinense. Em nível regional, Teresina desponta entre os anos de 1960/1970 como a capital do nordeste com maior taxa de crescimento da população urbana³⁰. O *Estado* publicou uma tabela expondo que em 1960 a quantidade era de 98.329 habitantes. Em 1970, a população havia passado para 190.256³¹, demonstrando um aumento de quase 100%.

Devido a esse aumento, os governantes tinham que pensar na melhor qualidade de vida dessas pessoas, pois muitos estavam buscando melhores condições e enxergavam em Teresina essa oportunidade. Nesse sentido, a capital do Piauí, nesse momento a cidade sonhada, favoreceu no imaginário coletivo de vários homens e mulheres a perspectiva de melhores condições de vida³². Dessa forma, foram desenvolvidas estratégias no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, que abrangia desde estrutura física de embelezamento da cidade até a educação. As obras que embelezavam Teresina eram destacadas nos jornais que circulavam nos anos 1970, para mostrar o progresso e realçar o ar de modernidade, vinculando Teresina à ação

²⁸ MÉDICI chega ao Piauí. *Jornal O Estado*, Teresina, n. 191, p.01, 1 e 2 abr. 1973.

²⁹ MONTE, Regianny Lima. *Vidas Incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970*. Teresina: Instituto Federal do Piauí, 2017.

³⁰ *Ibid.*

³¹ CURIOSIDADES do Piauí. *Jornal O Estado*, Teresina, n. 127, p.4, 05 jan. 1973.

³² NASCIMENTO, Francisco Alcides do.; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos*. VI Simpósio Nacional de História Cultural. UFPI.

realizadora do poder público³³. Isso fazia com que os migrantes ficassem atraídos por essa modernidade:

Os discursos de progresso propagado pela imprensa e pelos governantes atraíram muitos migrantes, do interior do Piauí e de outras cidades do Nordeste brasileiro, principalmente na primeira metade da década quando já é possível observar as mudanças impostas à capital³⁴.

Essa realidade é perceptível com mais frequência no jornal *O Estado* nos anos de 1974 e 1975. Como um texto escrito por Carlos Dias que intitulado “Drama de Teresina” em que aborda especificamente sobre essa migração:

Mais da metade da população de Teresina é migrante em potencial. São a maioria das famílias do interior do Piauí e Maranhão, sem condições de trabalho no atual nível da tecnologia daquelas regiões e, por necessidades, sempre estão prontas para aventurar na capital piauiense, ponto estratégico do meio-norte que, na condição de capital pode alimentar a ilusão do homem do campo, oferecer melhores condições de vida³⁵.

Através do que é abordado pelo redator, mostra uma busca das pessoas na capital por melhores condições de vida. Trata-se daquela dinâmica conhecida, relacionada à saída da zona rural para a zona urbana em busca de um emprego para seu sustento e na maioria dos casos também o da família. Este fato de migração não era algo novo na capital teresinense tendo em vista que em outros momentos para fugir da seca, assim como no processo transitório para período republicano e na busca de modernização e de progresso, como ressalta na tese de doutorado Mafalda Badoíno ao escrever “Cotidiano e pobreza impasses de sobrevivência em Teresina (1877- 1914)”.

Carlos Dias no mesmo texto de “Drama Teresina”] faz outras denúncias como a falta de emprego e ressalta a piora nos próximos anos devido ao aumento populacional no Estado associado à migração de pessoas dos estados vizinhos, a falta de indústria, e com isso, dá razão a saída dos agricultores:

³³ SANTANA, Marcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Piauí, 2008

³⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. p. 02. Acesso em: 26 jul. 2022.

³⁵ DIAS, Carlos. Drama de Teresina. Jornal *O Estado*, Teresina, 27 fev. 1975, n. 704, p.08.

Eles alegam que uma roça não dá mais para o sustento de um ano. “A gente trabalha de sol a sol, de janeiro a janeiro e não vê nada de melhor pra gente. Como para o diabo, pouco e tiquinho, a saída é se mandar para Teresina”, declarou Antonio Amâncio Neto, cearense, de 56 anos, uma mulher e seis filhos que chegou a capital procurando outro ambiente. “Se aqui não der, a gente toca pra frente” disse o agricultor que desembarcou do ônibus de Imperatriz, vindo da região de Barra do Corda³⁶.

Além de ressaltar esse movimento migratório para capital do Piauí, o autor destaca a redução desse movimento para o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, e afirma que isso é devido à resistência ao migrante nordestino nesses estados: “Quase todo nordestino é encarado ali como um marginal, com a sua barata-mão-de-obra, para industrializar o Rio e São Paulo”³⁷. A seguir uma imagem do momento da chegada de migrantes à Capital:

Imagem 2 – Migração: o drama de Teresina



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí³⁸.

A fim de buscar melhores condições, muitos nordestinos migravam para região sudeste, atraídos por ser um polo mais desenvolvido em

³⁶ DIAS, Carlos. Drama de Teresina. Jornal O Estado, Teresina, 27 fev. 1975, n. 704, p.08.

³⁷ DIAS, Carlos. Drama de Teresina. Jornal O Estado, Teresina, 27 fev. 1975, n. 704, p.08.

³⁸ MIGRAÇÃO o drama de Teresina. Jornal O Estado, Teresina, 27 fev. 1975, n. 705, p.01.

relação a outras cidades do Brasil, contudo, ao chegarem nesses lugares a grande maioria sofria com preconceitos, viviam em condição de trabalho análogo escravo e não tinha seus desempenhos valorizados, não recebiam o equivalente a mão de obra empregada. Então, essas dificuldades de migração, falta de emprego, moradia, dão margem a mais problemas sociais. No Piauí, muitos desses homens que migravam foram empregados no processo de modernização:

Pode-se concluir que Teresina ofereceu uma gama de empregos na construção civil visto que a cidade se transformou num “canteiro de obras” ao longo de 10 anos de modernização. Assim, homens pobres, sem estudo e sem experiência profissional puderam se inserir no campo de trabalho edificando obras que modificaram o cenário urbano da capital. Obras que tiveram um financiamento do estado e da prefeitura e eram pautadas na visão elitista de (re) organizar o espaço. Nesse sentido, ao passo que os pobres iam construindo novos prédios, casas, praças e ruas para as elites as suas próprias casas iam sendo jogadas cada vez mais longe dos olhares disciplinadores que recaiam sobre as áreas centrais de Teresina.³⁹

Isso denota que a medida em que as construções e a classe social abastada iam se organizando nos melhores lugares da cidade, o que sobrava eram os lugares ocupados pelos mais pobres, assim como os migrantes, muitos iam para favelas, com condições não adequadas de saneamento, moradia e infraestrutura. A expansão demográfica provoca o crescimento de problemas sociais, especialmente aqueles relacionados com a moradia ou com a sua falta⁴⁰. Ainda nessa abordagem, o Jornal *O Estado* tem uma fotografia de uma mulher com duas crianças, a notícia informa: “os retirantes, apesar das modificações que o Nordeste sofreu, ainda não esqueceram a mania da emigração”⁴¹. O redator aparentemente buscou sugerir que as condições da região nordestina melhoram, porém, a população pobre continuava indo para outros lugares, como era o caso de Maria José Feitosa com seus dois filhos. De acordo com o informado, ela se deslocava do Ceará, com destino a Pedreiras do Maranhão, cortando as estradas do Piauí a pé: “passou dias e noites viajando, sozinha e os dois filhos, enfrentando a chuva e o sol só para cumprir a mania de

³⁹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do.; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. p. 06. Acesso em: 26 jul. 2022.

⁴⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras. Teresina: EdUESPI, 2021.

⁴¹ EMIGRAÇÃO. Jornal O Estado, Teresina, 08 jun. 1974, n. 510, p. 01.

deixar a terra natal para depois voltar com a mesma trouxas e talvez mais cansados ainda”⁴². A forma como é abordada a situação culpa a mulher pela atitude de ir para outra cidade com seus filhos, como se essa ação não fosse modificar sua vida, pois acabaria voltando para a mesmice, além de denotar preconceito com a migrante.

A mesma fotografia em outra data estava noticiando o seguinte: “A falta de inverno o seu excesso é sempre um motivo de emigração para o nordestino. Do Ceará, Dona Maria Aparecida, uma viúva, partiu, com seus dois filhos para sobreviver no Maranhão, tendo de cortar as estradas do Piauí”. O que tem em comum em ambas as publicações é o destino da mulher, o Estado do Maranhão; os filhos; o primeiro nome Maria e a passagem pelo Piauí. A segunda publicação parece ser mais sensível a situação, destacando o fato dela ser viúva, enquanto a primeira de forma velada tece críticas a essa mulher. A seguir a fotografia de Maria na estrada com seus dois filhos, um menino que ela segura no colo e uma menina que a acompanha seus passos e carregando uma trouxas na cabeça:

Imagem 3 – Mulher com filhos seguem para o Maranhão



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí⁴³.

⁴² CEARENSE não perde a mania de emigrar. Jornal O Estado, Teresina, 08 mar. 1974, n. 435, p. 10.

⁴³ CEARENSE não perde a mania de emigrar. Jornal O Estado, Teresina, 08 mar. 1974, n. 435, p. 10.

Através da imagem, pode ser observado que a mãe e a filha caminham descalças, enquanto a mãe carrega a outra criança no braço, no momento do registro faz sol, é perceptível devido a sombra delas no chão e a claridade da imagem. Além disso, não carregam muitos pertences, as roupas que vestem são simples. O papel que essa mulher ocupa, de chefe de família em busca de um lugar e condições favoráveis para viver com seus filhos. Diante disso, associa-se que a situação do Piauí não divergia dos outros estados, de forma geral do Brasil. Havia desenvolvimento, construções, investimentos, crescimento, mas também existia a miséria.

Observou-se no jornal *O Estado* que havia muitas notícias relacionadas ao governo Alberto Silva, dos empreendimentos realizados em sua gestão. O discurso era que o Piauí ia crescer e tudo deveria começar por Teresina, chamando atenção de visitantes, políticos, empresários e turistas⁴⁴. Os turistas poderiam propagar a imagem da cidade e assim atrair novos olhares, novos visitantes, os empresários poderiam trazer investimentos e empresas, dessa forma gerando empregos. A cidade de Teresina foi escolhida como a principal vitrine das ações governamentais nos dois mandatos de Alberto Tavares Silva enquanto governador do Estado do Piauí⁴⁵. Devido aos seus feitos o governador manteve-se presente na memória da população, “se tirar o que Alberto Silva fez em Teresina, o que fica?”⁴⁶, ele era visto como o estadista que deu vida a Teresina.

Os jornais, como meios de comunicação, eram também utilizados como meios de persuasão, por isso verificamos muitos elogios e propagandas ao governo vigente, especificamente no jornal *O Estado*. A Teresina representada nos discursos dos administradores, intelectuais, jornalistas, arquitetos, engenheiros, dentre outros, passou a ser vista como um lugar promissor. ⁴⁷ Uma das realizações do governo Alberto Silva foi a construção do Estádio Albertão, inaugurado em 1973. A euforia da conquista da

⁴⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do.; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2022.

⁴⁵ FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras. Teresina: EdUESPI, 2021. p. 41.

Copa do Mundo em 1970, no auge da Ditadura Militar, incentivou o governador a construir um estádio de futebol (que recebeu o seu próprio nome), com capacidade para setenta mil pessoas⁴⁸. A criação dessa obra, foi indicada pelos jornais como a obra do século, pois além do espaço grandioso, trouxe a possibilidade de investimento para o futebol piauiense. Essas obras têm relação com o plano de governo nacional. O governador declara que recebeu o apoio do governo federal para o seu plano de atuação no Estado ⁴⁹. Essa aproximação e apoio, contribuiu para que o presidente General Médici recebesse o título de Cidadão Piauiense, “o poder legislativo acolheu, por unanimidade, projeto de autoria do dep. Ribeiro Magalhães concedendo o título de Cidadão Piauiense ao Presidente Garrastazu Médici”⁵⁰. Isso evidencia a relação cordial entre os políticos, assim como a atuação da imprensa em expor as realizações e enaltecendo o governo.

As mudanças influenciaram nas transformações que também ocorriam na vida feminina:

As mudanças no contexto urbano levaram à problematização dos padrões de masculino e feminino e à necessidade de estabelecer novos padrões, para as relações sociais, seja nos espaços públicos, seja na vida privada, permitindo arranjos de comportamento distintos dos observados tradicionalmente na sociedade⁵¹.

Em *Mulheres Plurais* (1996), Castelo Branco aborda sobre a condição feminina na Primeira República e destaca que “as transformações na sociedade possibilitaram novas oportunidades de empregos, que surgiam para as mulheres nas indústrias e também no setor de serviços”⁵². O tradicional é progressivamente questionado, as mulheres buscam outros afazeres e prazeres, as transformações corroboram para inserção feminina em discussões e em ambientes antes não frequentados por mulheres ou pouco ocupados por elas:

Assim, costumes consagrados são questionados enquanto outros ainda são experimentados, o que faz dos anos 1970 um caleidoscópio

⁴⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras. Teresina: EdUESPI, 2021. p. 25.

⁴⁹ Ibid p. 24.

⁵⁰ MÉDICI: cidadão piauiense. Jornal O Estado, Teresina, 05 out. 1973. n. 334, p.01.

⁵¹ SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

⁵² CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

de vivências, uma configuração histórica onde os padrões sociais conservadores e novos padrões de sociabilidades e formas de viver a juventude são expressos nas práticas cotidianas. Dessa forma, muitas moças expressam em suas práticas e seus desejos, a realização de novos padrões femininos marcados pela realização de anseios de independência financeira e profissionalização. Da mesma forma, apontam a possibilidade de transitar pelos espaços urbanos, de forma mais livre ou ainda de expressar uma nova forma de perceber e significar o próprio corpo, utilizando vestimentas, que expressariam ousadia diante de padrões mais recatados⁵³.

É nessa década de 1970 que as pautas femininas ganham mais notoriedade e espaço no periódico. O jornal *O Estado* apresentava a “Coluna da Iracema”, produzida pela professora, jornalista, filósofa e advogada Iracema Santos Rocha. Ela havia sido uma presa política no ano de 1964, a única mulher presa no Piauí, acusada de comunismo e subversão. Havia sido presa em Teresina, no dia 08 de maio de 1964, no 25º Batalhão de Caçadores.

“Em 1964, eu morava ali na avenida Campos Sales. Um dia, um jeep com três militares armados se aproximou. Quando eles desceram do carro, entraram na minha casa e disseram que me levariam. Pedi para Eliane avisar ao meu marido. Quando me colocaram no carro, os outros vasculharam a minha casa. Quando cheguei ao 25º BC, me colocaram sentada de costas para a porta, em um tamborete, no escuro. Desse modo, eu não conseguia ver quem estava se aproximando para o interrogatório. Eles queriam que eu confirmasse que era comunista, me humilharam. Diziam que eu não merecia viver, que tinha que ter cuidado dos meus filhos e esquecido a política. Eu respondia apenas que cuidava da minha família, sim, mas também da democracia e do direito da mulher nas horas vagas”.⁵⁴

Essa foi uma das entrevistas cedidas por Iracema Santos. Posteriormente foi realizada uma homenagem pelo governo do Estado do Piauí na exposição “Mulheres Pioneiras no Piauí”, no mês de setembro de 2022, ela declarou: “Eu sempre acreditei que a mulher tem que ter os mesmos direitos dos homens. [...] A primeira vez que passei por isso foi durante um discurso no rádio, ao lado de Petrônio Portela. Cortaram a minha palavra. Dias depois, fui presa e vivi os piores pesadelos”⁵⁵. Através do seu relato, percebe-se que Iracema não podia ocupar determinados lugares por ser mulher, pois ela é questionada sobre

⁵³ SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008. p. 24.

⁵⁴ ANISTIADA, advogada presa na ditadura no Piauí desabafa: “minha alma já doeu muito”. Portal Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/187335/anistiada-advogada-presa-na-ditadura-no-piaui-desabafa-minha-alma-ja-doeu-muito>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁵⁵ IRACEMA recebe homenagem em Exposição do Governo do Estado. OAB-PI. Disponível em: <https://www.oabpi.org.br/iracema-santos-rocha-advogada-e-presa-politica-na-ditadura-recebe-homenagem-em-exposicao-do-governo-do-pi/>. Acesso em: 26 out. 2022.

sua família, seus filhos, ela deveria estar exclusivamente no ambiente privado. Em outras entrevistas, ela relata que além de maltratada, sua moral havia sido, igualmente, abalada, pois recebia xingamentos e que deveria cuidar da família. A Liga Feminina, movimento que Iracema fazia parte como presidente da Liga Feminina no partido Trabalhista Brasileiro⁵⁶. Este movimento impediu que ela passasse mais dias presa, pois as mulheres dessa Liga foram ao quartel e se manifestaram pela sua libertação.

Mesmo diante de um governo que a prendeu, que a proibiu de ver sua família, ela ainda mantinha sua voz de direitos das mulheres e expunha isso em alguns momentos na Coluna da Iracema. É possível perceber através de seus escritos, que Iracema era uma apoiadora das mulheres e da autonomia feminina, mas não se reconhecia como feminista.

A sociedade teresinense acompanhava o processo de desenvolvimento econômico. A década de 1970 trouxe mudanças para o Piauí, em especial para a Capital, que passou a ter Universidade, Instituto de Educação, além de novos espaços e uma nova feição. Teresina foi se modernizando e atraindo olhares, e as relações sociais também passaram por transformações, os espaços públicos receberam diversas pessoas, a migração foi recorrente. Dessa forma, fica nítido a presença de mudanças que ocorreram na capital piauiense durante esse período, bem como a presença e a forma de atuação feminina nos ambientes públicos e privados.

1.1.1 A Imprensa e o Mercado de Trabalho

Os jornais são meios de comunicação responsáveis por formarem opiniões, e como cita Capelato, possibilita que os pesquisadores investiguem diversas questões sociais, políticas, econômicas e culturais através do tempo⁵⁷. Essa metodologia de observação mediante o uso da imprensa foi possibilitada por meio da Nova História da escola dos Annales, a partir do século XX, que proporcionou novas abordagens e discussões acerca de novas metodologias.

⁵⁶ OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. De professora primária à militante pró-feminista? História, memória e escrita de si em Teresina na segunda metade do século XX. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 2015, Florianópolis, SC. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. ANPUH, 2015. Disponível: Acesso em: 03 mar. 2017.

⁵⁷ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica⁵⁸. Então a visibilidade do jornal passível de análise é recente, na segunda metade do século XX:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História⁵⁹.

Tania de Luca procura demonstrar, portanto, as mudanças nos estudos historiográficos de ampliação dos olhares para outros campos temáticos. Dentre esses, podemos destacar as mulheres, assim como o cotidiano. Dessa forma, é possível ter uma percepção de como era a capital do estado do Piauí, Teresina, assim como da sociedade teresinense e quais discursos estavam em voga no período e de que forma isso influenciava a população. É possível também vislumbrar elementos do universo dos trabalhadores e também questões relacionadas às transformações no mercado de trabalho, em especial para as mulheres.

A imprensa tem poder de persuasão, de acordo com Foucault o discurso está associado ao poder, seja ele qual for. Os jornais são um produto da sociedade, que os fabrica segundo as relações de forças que detenham o poder⁶⁰. As informações jornalísticas contribuem para compreensão, associada as imagens publicadas no impresso, como fotografias e charges. Do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo⁶¹. Além das notícias, o jornal traz imagens que contextualizam e complementam o texto apresentado, proporcionando maior credibilidade ao que está escrito, igualmente eternizando um momento através da fotografia. Assim, esta possibilita outras análises para além da notícia. No jornal *O Estado*, é possível observar a presença de diversas

⁵⁸ DE LUCA, Tânia Regina. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org) – 3. Ed. - Fontes Históricas, São Paulo. Contexto, p. 111-153, 2005, p. 118.

⁵⁹ DE LUCA, Tânia Regina. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org) – 3. Ed. - Fontes Históricas, São Paulo. Contexto, p. 111-153, 2005, p.113.

⁶⁰ CALONGA, 2012 apud LE GOFF, 2010, p.83.

⁶¹ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. Revista Tempo. Rio de Janeiro, v.01, n. 02, p. 73-98, 1996.

imagens fotográficas, passíveis de maior discussão. As palavras descrevem o momento, mas a imagem registra e concretiza o fato, sendo assim relevantes no processo de pesquisa. “A imagem é um documento que traz informações para além do que os olhos podem ver por isso o jornal é uma fonte de sua própria história, nele encontramos dados sobre a sociedade, cultura, economia e política”⁶². A imagem pode direcionar o olhar e mostrar o que querem que seja visto da forma que se quer mostrar. Ao mesmo tempo, ao colocar ênfase em um aspecto invisibiliza, esconde outros, assim é o trabalho da imprensa, pois mostra aquilo que quer que o público veja.

É possível ter parâmetros de como era Teresina na década de 1970 através dos editoriais, das imagens, da propagação de crescimento, das mudanças, da condição social, da situação das mulheres e como elas eram apresentadas e representadas no jornal *O Estado*, e de que forma o periódico influenciava a sociedade. Esses fatores são possíveis de serem observados, pois além de um reflexo da sociedade a imprensa produz uma representação que também intervém na realidade social, e não apenas a expressa, ou seja, pode ser uma contribuinte de induzir comportamentos.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere⁶³.

Principalmente em um cenário de intensas mudanças é possível perceber o domínio pelo jornal impresso, em sequência a expansão midiática da imprensa ocorre a expansão de emissoras de rádios, desde a década de 1960, bem como a TV, comum nas praças públicas de cidades de pequeno porte, em meados de 1970, passam a ser o principal veículo de propaganda do viver cidadão⁶⁴. Em conjunto com essas transformações sociais na década de 1970, está associado a intensificação da luta das mulheres por seus direitos, tendo a liberdade como principal fator de desejo, e uma das vias dessa liberdade é através da independência financeira, o trabalho.

⁶² CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

⁶³ DE LUCA, Tânia Regina. *Op. Cit.*, 2015, p. 118.

⁶⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras*. Teresina: EdUESPI, 2021. p. 49.

Nesse sentido, observa-se que o Jornal *O Estado*, que inicialmente era dirigido por homens, trazia algumas questões relacionadas a busca dos direitos das mulheres, em contrapartida também expunha alguns questionamentos quanto a essa liberdade feminina, colocando as mulheres em condições inferiores aos homens, tanto intelectual quanto moral, fica uma dualidade entre o processo de modernização e o tradicional. “O simples aspecto da mulher revela que não é destinada nem aos grandes trabalhos intelectuais nem aos grandes trabalhos materiais. Paga a sua dívida à vida não pela ação, mas pelo sofrimento, as dores da maternidade”⁶⁵. Esse trecho foi encontrado em uma página destinada as mulheres, Página da Mulher, não possui autoria. O que se pode verificar é que existe um reforço da condição feminina de submissão e inferioridade aos homens. Meses antes a essa publicação o jornal trouxe uma notícia sobre o I CONFER (Congresso Feminino do Estado do Rio) que aconteceu no mês de maio, no ano de 1972:

Mulher piauiense vai a congresso tratar de seus direitos: o direito da mulher participar da vida pública, ter voz ativa na comunidade e situar-se num mesmo plano que os homens vai ser o tema central de um congresso feminino que se realizará na cidade fluminense de Miguel Pereira, de 26 a 28 deste mês. A mulher piauiense será representada pela professora Iracema Santos Rocha da Silva. A cidade de Miguel Pereira foi escolhida para sede do congresso bem a propósito: lá, são mulheres que ocupam os cargos de Prefeito, Juiz de Direito, Promotor e delegado de polícia, Aristolina Almeida, a Prefeita, será a presidente do congresso.

A piauiense que participou desse congresso era também colunista do Jornal *O Estado*, com a “Coluna da Iracema”. Iracema Santos frequentemente destacava a importância dos direitos das mulheres em seus escritos. Ao retornar do Congresso, ela informou como foi a experiência, ressaltou a inscrição de 150 mulheres de todo o Brasil e participação ativa de 300 brasileiras. Ela também destacou a presença de Bertha Lutz “A Dra. Bertha Lutz foi quem liderou no Brasil, há 50 anos passados, o direito da mulher ao voto. Com setenta e cinco de idade, mantém a melhor lucidez e agilidade mental, e é dona de inegável sagacidade, inteligência e emotividade”⁶⁶. Posteriormente ela

⁶⁵ Você Concorde. Página da Mulher. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 64, p. 09, 15 out. 1972.

⁶⁶ Mulher piauiense vai a congresso. Jornal *O Estado*, Teresina, p. 01, 23 mai. 1972.

tece comentários ao Governo do Estado do Piauí, pois a viagem que ela fez para representar o Estado, não teve apoio dos governantes:

Viajamos às nossas próprias custas: Dr. Alberto Silva não estava no Piauí, quem sabemos nos daria o melhor apoio a essa viagem, que serviria, como de fato serviu – e quanto – para promover o nosso Estado. Todos os jornais do Brasil falam ainda do Piauí no I CONFER, honra que não nos pertence, mas a este querido e amado Estado, pobre ainda, e ainda tão esquecido do resto do Brasil. Viajei assim, com infinitas dificuldades econômicas, numa viagem altamente custosa em termos de dinheiro, para representar o Piauí, crente e esperançosa, que uma nova etapa social, política e econômica para nós se instale nesta terra. Cumpri uma missão que me impus a mim própria: fazer com que o Brasil ouvisse falar do Piauí, através de uma representante feminina. Queria que o Piauí fosse conhecido como Estado valente e colaborador também, no desenvolvimento de integração nacional que iniciou nesta Pátria, o Presidente Emílio Garrastazu Médici. Viajei com dificuldades imensas, pois não recebi dos cofres estaduais sequer um tostão para custear essa representação no I CONFER. Enquanto via ali tantas outras representantes femininas asseguradas pela ajuda financeira dos seus Estados, pensava que o Piauí tão necessitado dessa propaganda, não me ajudara sequer nas passagens ida e volta, já que a hospedagem e inscrição no I CONFER eu pagaria. Nada recebi, talvez pela ausência do Governador Alberto Silva, pois neste eu reconheço uma vontade imensa de bem promover o nosso Estado. Mas, tudo isso passou... o importante é se ter alcançado a finalidade⁶⁷.

A declaração da jornalista demonstra sua satisfação em fazer parte do Congresso, destaca a relevância das mulheres nesse projeto e reflete sua indignação por não ter recebido nenhum incentivo para representar o Piauí, no entanto, ao tecer críticas ao governo ela ameniza informando que o governador estava viajando e por isso não recebeu o incentivo esperado. Em sua colocação faz referência ao presidente Médici, como responsável por iniciar integração nacional, mesmo após ter sofrido prisão política no período ditatorial. Iracema é um dos exemplos da relevância que as mulheres tiveram nesse período, que demonstra um contraste, pois mesmo em um governo de caráter autoritário, as lutas e conquistas dos movimentos de mulheres continuaram a ocorrer. É nesse momento que entra diversas discussões acerca do âmbito feminino, desde sexualidade a educação.

É válido lembrar que esse processo de conquista dos espaços pelo público feminino não ocorreu imediatamente. Se atualmente as mulheres ainda precisam lidar com alguns preconceitos e diferenças apenas por serem do sexo feminino, imagina-se então como era a situação delas na segunda metade

⁶⁷ COLUNA da Iracema. I CONFER. Jornal O Estado, Teresina, p. 02, 01 jun. 1972.

do século XX, claramente, mais complexa que os dias atuais. Existiam ainda ressalvas da presença feminina em alguns ambientes:

O crescimento urbano possibilitou espaços que também seriam afastados do controle observacional de instituições de poder. Novas dinâmicas de gênero, aos poucos, foram consolidadas em Teresina, com as mudanças tecnológicas e espaciais da cidade, mas não surgiram sem questionamentos, a ter em vista que jornalistas, por meio de notícias e crônicas, buscavam determinar os locais de circulação masculinos e femininos, a limitar os espaços das mulheres⁶⁸.

Como demonstrado os jornais tinham esse teor de determinação de locais, e não apenas de espaços físicos, mas também de espaço moral e social. O patriarcalismo reforça as ocupações estabelecidas para homens e mulheres, estas deveriam ficar restritas as funções voltadas para o lar. A sociedade investiu muito na naturalização desse processo, em tentar fazer crer que a atribuição desse espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade de ser mãe⁶⁹. Atribuição maternal à mulher é algo naturalizado, é o ser mãe antes de ser mulher, é a que cuida, que zela pelo lar e pela família.

Então, pode-se observar que a integração da mulher no ambiente de trabalho não é recente, pois muitas mulheres, principalmente, de classes sociais menos favorecidas, exerciam diversos ofícios. As mulheres trabalhadoras, vindas de classes sociais mais pobres, estavam no mercado de trabalho não necessariamente em busca de independência ou por vontade própria, mas por questões de necessidade. O trabalho foi um espaço conquistado aos poucos pelas mulheres de classe média e alta, enquanto a mulher pobre já desempenhava inúmeras funções nos mundos do trabalho para sobreviver, para o sustento dos filhos e para contribuir com a renda familiar⁷⁰. Essas já possuíam as vivências dos espaços públicos, pois era encarando-os que elas garantiriam o sustento familiar, seja como principal fonte de renda ou como complemento da renda familiar.

Margareth Rago, ao relatar sobre o ambiente fabril, os operários e a imprensa, deixa claro as diferenças que as mulheres passavam nesses

⁶⁸ ALVARENGA, J. E.S. Espaços em tensão: gênero, trabalho e lazer em Teresina, Piauí (1975-1985). 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, p. 03.

⁶⁹ SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

⁷⁰ SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 218- 237

ambientes de insalubridade e de como suas lutas muitas vezes eram desconsideradas. Os jornais não davam atenção às vozes femininas. A autora ainda destaca que os jornais operários construíam duas imagens femininas, uma mais compassiva, que não lutava por seus direitos e outra mais ativa, que vai em busca de lutar. Essa descrição coincide com o jornal utilizado nesta pesquisa, pois este apresenta diferentes representações ou estereótipos sobre as mulheres, em alguns casos fazendo referência às questões da liberdade e independência feminina, e em outros apresentando visões mais conservadoras.

A inserção da mulher nas fábricas ocorreu a partir da Revolução Industrial, com a ausência de homens nas fábricas e a necessidade crescente de mão de obra, as indústrias acabam inserindo as mulheres em atividades antes feitas apenas pelo sexo oposto⁷¹, assim foram reconhecendo e incluindo mesmo que de forma ponderada a necessidade do feminino nesses ambientes antes ocupados majoritariamente por homens. Esses processos de mudanças demandavam o uso de mão de obra feminina. Não foi uma inclusão das mulheres ao meio de trabalho de forma pensada, e sim uma questão de necessidade. Ao longo do processo de modernização, as mulheres vão acompanhando as transformações tanto em termos de conquista de espaços, associado aos movimentos de lutas para ocupar o ambiente público, quanto com relação ao universo das trabalhadoras mais especificamente.

A modernização econômica proporcionou novas “oportunidades” e o processo de urbanização trouxe uma nova definição nos papéis sociais. Ao lado de parcelas da juventude dos anos 1970, cresceram as mudanças de comportamento configuradas, a partir de meados do século XX, e fomentadoras de novos valores distantes dos padrões tradicionais⁷². Essas novas percepções dos valores tradicionais colaboram para mudanças que iniciam do geral e chegam aos lares. Nessa nova família, a mulher, especialmente a de elite, manteve-se pertencente ao espaço privado, como mãe e esposa, porém reivindicou sua inserção no espaço público⁷³. Mantem-se o tradicional, casar, ser

⁷¹ HOBBSAWN, 2003 apud TARDIN, 2003, p. 124.

⁷² SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

⁷³ SILVA, Lianzi dos Santos. Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

mãe e cuidar da família, porém as mulheres buscavam atuar para além do ambiente do lar. Esses espaços não foram ocupados de forma imediata e igual. As mulheres da elite possuíam oportunidades diferentes das mulheres mais pobres.

É possível perceber que o principal foco de emprego para as mulheres recém chegadas era em casa de famílias ricas. Muitas dessas mulheres chegaram aqui ainda meninas e desde então começaram a trabalhar como passadeiras, cozinheiras, lavadeiras de roupas, mas ainda assim essas meninas mulheres acreditavam que o trabalho era mais leve que o desenvolvido na roça⁷⁴.

Isto é, muitas mulheres saíam ainda crianças de outras cidades do interior para a capital. Meninas de origem pobre, elas atuavam em casas de pessoas da elite teresinense ou em outras funções voltadas para o âmbito doméstico e, em muitos casos, sem sequer receber remuneração.

Por sua vez, as moças da elite que procuravam atividades produtivas, e Teresina seguia essa tendência, buscavam cada vez mais ocupar, sobretudo, cargos de maior qualificação e remuneração, como de professoras primárias, funcionárias públicas e jornalistas⁷⁵. Percebe-se que na década de 1970, o ofício de professora era em grande medida considerado como passível de acesso feminino. Assim como em outras funções que envolvem o cuidado.

Além disso, o fator escolaridade e qualificação tem grande relevância na inserção dessas mulheres no mercado de trabalho:

[...]em 1971 o governo estadual anunciava para os piauienses a implantação definitiva de uma instituição superior na cidade – Universidade Federal do Piauí- setores mais abastados de Teresina consolidavam a certeza de que a capital do Piauí passava por um momento de profundas mudanças em diversos setores e que a educação se configurava como o reflexo dessa situação. Isso porque a universidade representava um campo de formação de profissionais qualificados para economia local ao mesmo tempo que representava a marca de uma sociedade antenada com o que de moderno poderia ser identificado em um lugar⁷⁶.

⁷⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2022.

⁷⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2022.

⁷⁶ SANTANA, Márcia Castelo Branco. Permanências e ruptura: mulheres, família e casamento em Teresina nos anos 1970. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p. 03.

Dessa forma, o acesso aos estudos possibilitou maiores possibilidades de acesso ao trabalho e de acesso a ocupações com melhores condições de trabalho e de remuneração. As primeiras manifestações em favor da educação feminina aparecem ainda no século XIX, quando o acesso à escola passou a ser uma das reivindicações das mulheres de elite⁷⁷. No âmbito educacional também existe uma diferenciação entre essas mulheres de diferentes classes social. As abastadas, possuíam maior acesso à educação, eram instruídas, e nos séculos seguintes com o acesso mais amplo da educação, que foi deixando de ser exclusivamente voltadas para o lar, essas mulheres passam a ter acesso ao ensino secundário, cursos, até frequentarem curso superior, mesmo que inicialmente de forma tímida. São essas pessoas da elite as primeiras a frequentarem esse ensino que possibilitaria o acesso a outras profissões no mercado de trabalho. Nesse sentido, a escolarização, que era apanágio de uma minoria, passa a configurar-se como possibilidade real na vida das mulheres de Teresina, ao longo do século XX, quando serão engendradas possibilidades reais de práticas de escolarização feminina⁷⁸.

Correlacionado a isso, no ano de 1974, Iracema em sua coluna expõe o alto índice de aprovação das mulheres em comparação aos homens:

Quem é que disse que eu não fico feliz quando vejo as mulheres se destacando, provando pela prática que têm 'cabeça' e 'cérebro' iguais aos dos homens? Registro, portanto, com satisfação, que no recém-realizado vestibular da Universidade do Piauí, foi de 52,4% o número de mulheres aprovadas, contra 47,6% de homens, isto é, contra apenas 238 homens...isso, num total de 500 vagas disputadas para a Universidade Federal do Piauí⁷⁹.

A jornalista, deixa claro seu apoio e satisfação em ver o desempenho das mulheres, que durante séculos foram subestimadas e colocadas em condição de inferioridade em relação aos homens, e com isso destaca o intelecto delas. Ao analisar a lista de aprovados e os cursos escolhidos da Universidade Federal do Piauí, divulgada em 1974 pelo Jornal *O Estado*, nota-se uma presença significativa de mulheres nos cursos de Pedagogia e

⁷⁷ SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

⁷⁸ SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

⁷⁹ COLUNA da Iracema. Vestibular. Jornal O Estado, Teresina, 11 jan. 1974. n. 392.

Enfermagem, cursos tipicamente femininos. Também se observa, mesmo que em quantidade inferior aos homens, a presença de aprovadas em cursos como Medicina e Direito, dois cursos que historicamente e socialmente são prestigiados, principalmente naquele período, e que eram mais ocupados por figuras masculinas. Em números, no curso de Medicina, de 50 vagas, 13 foram ocupadas por mulheres; Direito, de 40 vagas, 09 eram de mulheres; enquanto de Enfermagem de 20 vagas, 18 eram de mulheres e Pedagogia de 35 vagas 27 foram ocupadas por mulheres⁸⁰.

[...] mulheres em algumas carreiras de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura (Bruschini, Lombardi, 1999; 2000; 2000a), revelou que o ingresso das mulheres nessas áreas teria acontecido pela convergência de vários fatores. De um lado, a intensa transformação cultural ocorrida a partir dos anos 60, que impulsionou as mulheres para as universidades, e a expansão das vagas de 3º grau, que atendeu a esse anseio feminino; de outro, as transformações pelas quais passaram essas profissões em direção à especialização e ao assalariamento em detrimento da antiga autonomia profissional, o que repercutiu no nível de prestígio atribuído a esses profissionais, abrindo outras possibilidades para a inserção feminina além dos espaços tradicionalmente ocupados por elas, como o magistério e a enfermagem⁸¹.

Esses cursos que eram mais ocupados por homens, foram sendo preenchidos por mulheres, mesmo que ainda o magistério, em especial, a Pedagogia e a Enfermagem continuassem a contar com o predomínio feminino. Além disso, era comum nas colunas sociais do jornal *O Estado*, os colonistas parabenizarem os aprovados que eram filhos de pessoas da elite piauiense.

Um dos espaços do jornal era destinado aos anúncios e geralmente apresentava notas de lugares que necessitavam de mulheres para trabalhar como professoras, cozinheiras, copeiras, empregadas domésticas, recepcionistas, datilografas e outros. Na imagem a seguir, é possível verificar o jornal na propaganda para os anunciantes. Para isso, é utilizada o desenho de uma mulher jovem, de cabelos curtos, uma aparência “moderna”, sentada, de pernas cruzadas, chamando atenção para a sensualidade feminina, olhando o jornal e insinuando que ela está à procura de um emprego. A imagem representa

⁸⁰ RELAÇÃO candidatos aprovados. Jornal *O Estado*, Teresina, 10 jan. 1974. n. 391.

⁸¹ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e trabalho*, 2011. Disponível em: <revistas.planejamento.rs.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2022.

uma das mudanças nos papéis sociais, destacando a mulher como figura central, denota-se que elas estavam ativas no mercado de trabalho, que os espaços possuíam interesse em contratar mulheres, pois através de um desenho ela é público-alvo da página dos classificados.

Imagem 4 – Seu problema é emprego?



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.⁸²

A ampliação da presença da mulher no trabalho, no período de 1970 a 1985, pode ser constatada também através dos percentuais de participação feminina no conjunto dos trabalhadores, que aumentam consideravelmente ao longo do tempo, principalmente na zona urbana⁸³. Na tabela exposta pela pesquisadora Cristina Bruschini nos textos da Fundação Carlos Chagas sobre a participação percentual feminina na população economicamente ativa em 1970 é de 20,7% no Brasil e 19,2% somente no Nordeste. No ano de 1976, é perceptível um aumento nessa porcentagem chegando a 28,8% Brasil e 28,2% Nordeste.

A ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho, pode ser explicada como consequência de vários fatores. De um lado a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, gerando

⁸² Seu problema é emprego. Jornal O Estado, Teresina, 04 jan. 1974, n.387, p. 01.

⁸³ BRUSCHINI, Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

aumento dos níveis de industrialização e a rápida urbanização de algumas áreas do país teria acarretado a ampliação do de trabalho em geral, provocando também maior demanda por mão de obra feminina. De outra parte uma mudança nos valores relativos ao trabalho feminino, tanto do ponto de vista das trabalhadoras quanto dos empregadores, ao romper valores tradicionais e difundir novos padrões de comportamento, facilitaria a oferta de trabalhadoras. A queda na fecundidade da brasileira e a ampliação de seus níveis de escolaridade também poderiam estar atuando na determinação deste movimento⁸⁴.

A imagem anterior possibilita considerar que o jornal almejava alcançar também um público feminino como leitores interessados nas questões de mercado de trabalho. Entretanto, nesse caso, o público mais específico parece ser o de mulheres com alguma qualificação profissional. Provavelmente as mulheres de classe média ou alta.

A participação das mulheres dessas mesmas classes no âmbito público passava, portanto, por um período de significativo crescimento, ainda que gradual. Com o advento da industrialização, a modernidade e mudanças sociais, muitas mulheres passaram a ter maior participação no mercado de trabalho, e muitas passaram a se envolver nas suas lutas por direito e busca por espaços. Todos esses fatores contribuíram para conquista de espaços e para uma maior autonomia feminina.

1.1.1.1 *Para entrar para história é preciso fazer história: contextualização da história das mulheres*

É importante para a historiografia a materialidade dos acontecimentos, para posteriormente serem passíveis de análise e pesquisa mais aprofundada. Então quando se negligencia a existência do outro, está negando a visibilidade de sua história. Dessa forma ocorreu com as mulheres, em diversos momentos históricos, que assim como os homens participaram, tiveram importância e contribuição como sujeitos históricos, porém muitas vezes restringidas ao modelo patriarcal e ao ambiente privado. Isso ocorre porque o poder político, de escrita, de notícia e de visibilidade eram os homens, então o maior destaque é para as ações deles. No século XVIII, é possível identificar mulheres que, de forma mais ou menos organizada, lutaram por seu direito à

⁸⁴ BRUSCHINI, Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989. p. 17.

cidadania e a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum reconhecimento como esposas e mães⁸⁵. Em marcos da História, como a Revolução Francesa, em 1789, mulheres de diferentes classes social também lutaram por seus direitos e protestaram. Como cita Michelle Perrot, na historiografia muitas vezes a mulher é excluída⁸⁶. Então, a historiografia tendeu a situar a mulher no modelo patriarcal, onde ela é submissa a figura masculina, quando solteira ao pai e quando casada ao marido.

A função social da mulher era casar e ter filhos. Como tornar possível uma história das mulheres se a nós foi negado até muito recentemente o acesso ao espaço público, lugar por excelência da história?⁸⁷. Esse questionamento traz uma reflexão, como ter história, sem acesso e sem visibilidade. É claro que durante momentos, algumas mulheres ganharam destaque pela ousadia de seus pensamentos e ações, que nos séculos anteriores eram considerados absurdos. Por isso, muitas eram consideradas loucas e más companhias, pois poderiam influenciar as demais, o simples direito de escolha era negado a mulher.

As possibilidades de estudos e análise da história das mulheres, iniciou com a Escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, que a partir da Nova História proporcionou uma análise para o campo social. Ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, foi possível o conhecimento sobre a vida privada, as práticas cotidianas, temas que possibilitaram a inclusão das mulheres na história⁸⁸. Dessa forma, à medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente fossem incorporadas à historiografia⁸⁹. Não foram os responsáveis diretamente para os estudos da história das mulheres, mas devido a abertura de análise de novas

⁸⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil, São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

⁸⁶ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros/ Michelle Perrot: seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

⁸⁷ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, p.09-18, ago/set. 1989.

⁸⁸ Silva, Tânia Maria Gomes da. (2010). Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politeia - História E Sociedade, 8(1). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁸⁹ SOIHET, Rachel; Pedro, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n.54, p. 281-300, 2007.

fontes proporcionou as possibilidades. A relatividade aos acontecimentos, também possibilitou que as mulheres fossem vistas como sujeito e objeto de análise e estudos. Tânia Maria ao citar Buschini e Unbahaum conclui que a presença de mulheres nas universidades foi importante para o aumento das discussões e pesquisas envolvendo-as, porque todo pesquisador sente atração por estudar a sua própria realidade⁹⁰. Então, a medida de inserção feminina no ensino superior, associado a curiosidades e mudanças das perspectivas historiográficas, contribuíram para pesquisas sobre o ser feminino.

[...] para estudar a vida das mulheres no passado, os (as) historiadores (as) se apoiam sobre as especialidades mais antigas, tais como a demografia histórica para estudar os dados do estado civil, as ocupações e as migrações; a história econômica para as transformações econômicas; a história social para os processos de transformação estrutural em grande escala, como a profissionalização, a burocratização e a urbanização; a história das ideias para os métodos de crítica dos textos; e a história política para os conceitos relativos ao poder. Uma nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história⁹¹.

Percebe-se que existem diversos fatores a serem analisados para inserção da discussão e estudo da vida das mulheres. Além disso, a luta das mulheres por direitos, como o movimento das sufragistas, possibilitou que tivessem mais visibilidade e a medida em que se conquistam direitos no âmbito público, também conquistam percepção historiográfica. No Brasil, as sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Luz, que iniciou a luta pelo voto, este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro⁹². Apesar da conquista, não era um direito estendido a todas as mulheres, principalmente aquelas de classe social baixa. Anos seguintes, as reuniões femininas ficaram mais organizadas e movimentos foram sendo mais frequentes. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações

⁹⁰ SILVA, Tânia Maria Gomes da. (2010). Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia - História E Sociedade*, 8(1). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁹¹ TILLY, Louise. A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, (3), 28-62. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. p. 34. Acesso em: 27 out. 2022.

⁹² PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

feministas no Brasil na década de 1970⁹³. Apesar dessa contradição, de durante um regime militar ser fomentado as manifestações das mulheres por direitos, “em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher”⁹⁴. O Ano Internacional da Mulher, “a ONU proclamará o ano de 1975 ano da mulher”⁹⁵. Então, com o apoio da ONU, percebe-se que esse cenário da década de 1970 foi de reconhecimento pelas pautas femininas e lutas.

Nessa relação de possuir voz, é relevante o uso do poder, a descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou, dos próprios questionamentos delas, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina e negando a inferioridade do feminino⁹⁶. Diante disso, reflete-se que de acordo com o Foucault o poder é uma construção, não é natural e sim constituída historicamente⁹⁷. Então, conforme as mudanças sociais, econômicas, políticas, foram importantes para o processo das mulheres como objeto de estudo e sujeitos partícipes da História.

⁹³ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 16, jun. 2010.

⁹⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010. p. 17.

⁹⁵ ANO da mulher. Jornal O Estado, Teresina, 08 mai. 1973, n. 212, p. 11.

⁹⁶ SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politeia - História E Sociedade, 8(1). 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 23 ed. São Paulo: Graal, 2004.

2 SÃO MUITAS FUNÇÕES MULHER: OS ESPAÇOS OCUPADOS PELAS MULHERES

Este capítulo abordará como o jornal *O Estado* publicava a respeito de temas relacionados aos diferentes trabalhos e espaços ocupados por mulheres, assim como a divulgação de cursos de formação e capacitação voltados para elas. O periódico apresentava diversos campos em que as mulheres eram inseridas e colocava em destaque aquelas que possuíam ensino superior. Além disso, era frequente a divulgação de referências sobre mulheres na condição de filhas de pessoas importantes da sociedade piauiense.

O capítulo também discutirá como o jornal publicava a respeito das condições de vida e de trabalho das mulheres de classes sociais mais pobres. O *Estado* publicava sobre condições, apresentava demandas e reivindicações dessas trabalhadoras e ainda divulgava a respeito de políticas públicas destinadas a atender esse público mais especificamente. Além disso, também será exposto como eram divulgadas as mulheres da alta sociedade e as funções que elas ocupavam.

2.1 QUALIFICANDO PARA ATUAR: OS ESTUDOS E TRABALHOS DESEMPENHADOS PELAS MULHERES

No período da década de 1970 as transformações sociais e econômicas contribuíram para potencialização da presença feminina no mercado de trabalho. O que pretendo discutir em seguida é como o jornal *O Estado* abordou a questão da qualificação profissional e os caminhos de acesso à educação para mulheres.

De acordo com Cardoso um dos meios de inserção no mercado de trabalho são os estudos e a qualificação que prepara para atividade laboral:

O ingresso feminino nas instituições de ensino de terceiro grau era uma trajetória bastante singular e embrionária. Foi, sobretudo, na década de 1950, que se manifestou a tendência que se consolidou nas décadas seguintes: a de ingresso em massa das mulheres mais abastadas no ensino de terceiro grau, para o qual confluíram a instalação da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), inaugurada em 1957, e a posterior institucionalização do ensino superior no Estado, ocorrida

entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1970, com a instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI)⁹⁸

Esse crescimento de ascensão social mediante o acesso ao ensino de nível médio e superior era feito por pessoas das classes médias. Nos anos cinquenta e sessenta a urbanização e a industrialização contribuíram para a inserção da população feminina e masculina escolarizada no mercado de trabalho⁹⁹.

O Jornal *O Estado* noticiava e divulgava os jovens aprovados para o ingresso no ensino superior, porém essa notoriedade era para os filhos de pessoas da alta sociedade piauiense. Assim, encontramos comentários como: “Kátia Maria, filha do médico e sra. José Firmino de Sousa, acaba de passar no Vestibular de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco”¹⁰⁰, e o que segue: “A dileta filha do Deputado Djalma Veloso foi aprovada em dois vestibulares em Salvador, Capital do Estado da Bahia. O gozado da história é que a jovem passou em Medicina e Arquitetura [...]”¹⁰¹. Desta forma, tornou-se cada vez mais frequente nas páginas do periódico esse tipo de divulgação. Destacamos aqui o fato de que essas aprovações frequentemente ocorrerem para outras cidades, indicando que então era razoavelmente comum que jovens mulheres saíssem para o ensino superior em outros lugares fora do Piauí. “O médico Herbert Marques anda meio na fossa: Regina Terto, sua linda noiva e futura mulher, voltou ontem ao Recife, onde faz o último ano de Ciências Médicas”¹⁰². “Também é grande a alegria da família do Dr. Carlos Rego Ferraz, juiz de Direito da cidade de Floriano. Sua filha Rita de Cássia Martins Ferraz logrou aprovação no vestibular, ganhando uma cadeira da Faculdade de Direito na UFPI”¹⁰³. Essas notícias, portanto, alcançavam destaque nas colunas sociais do jornal *O Estado*. A presença no ensino superior de jovens mulheres pertencentes a famílias consideradas importantes na sociedade piauiense

⁹⁸ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

⁹⁹ (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 586-596).

¹⁰⁰ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. Outros Tempos, p. 172-173, vol. 07, num. 10, dezembro 2010 – Dossiê História e Educação.

¹⁰¹ APROVAÇÃO. Miscelânea Notícias. Jornal O Estado, Teresina, n. 401, p. 04, 23 jan. 1974.

¹⁰² APROVAÇÃO. Miscelânea Notícias. Jornal O Estado, Teresina, n. 401, p. 04, 23 jan. 1974.

¹⁰³ APROVAÇÃO. Miscelânea Notícias. Jornal O Estado, Teresina, n. 401, p. 04, 23 jan. 1974.

aparecia como um elemento de destaque social e, por essa razão, a frequência da divulgação.

Conforme dados censitários, em 1970 mais de 45% dos acadêmicos da Universidade Federal do Piauí (UFPI) era composto por mulheres¹⁰⁴. Isso possibilita compreender o contexto das reflexões apresentadas pela colunista Iracema no ano de 1974 nas páginas do periódico. No Piauí, as mulheres estavam presentes em todas as áreas de formação e com índice de aprovação maior do que o os homens. A Coluna de Iracema apresentou então a seguinte observação:

Quem é que disse que eu não fico feliz quando vejo as mulheres se destacando, provando pela prática que têm 'cabeça' e 'cérebro' iguais aos dos homens? Registro, portanto, com satisfação, que no recém-realizado vestibular da Universidade do Piauí, foi de 52,4% o número de mulheres aprovadas, contra 47,6% de homens, isto é, contra apenas 238 homens...isso, num total de 500 vagas disputadas para a Universidade Federal do Piauí¹⁰⁵.

Além das diferenças entre homens e mulheres, havia a diferença entre as próprias mulheres e os espaços que ocupavam. Ao expor essas jovens de elite aprovadas em vestibulares, o Jornal contribui para uma percepção de que apenas essas pessoas são capacitadas para frequentarem as Universidades, como se fossem mais inteligentes que mulheres mais pobres e, portanto, esse espaço fosse naturalmente ocupado apenas pela elite. Quando as notícias se referiam a mulheres mais pobres e da classe trabalhadora, por outro lado, a temática envolvia a divulgação sobre os cursos ou programas de assistência ofertados pelo Estado e as formas para prepará-las para o trabalho doméstico ou outras funções de menor status e remuneração.

Apesar de muitas mulheres lutarem pelo mesmo propósito de busca pela independência, liberdade, poder de escolha, elas enfrentam diferenças nas condições e nos espaços que ocupam socialmente. Não podemos associar a presença das mulheres em espaços de trabalho como algo recente, assim como a busca por direitos e por liberdade feminina, tendo em vista que diversas mulheres menos favorecidas de poder aquisitivo ocupavam ambientes públicos a fim de garantir o sustento dos filhos ou completar a renda

¹⁰⁴ Censo demográfico de 1970.

¹⁰⁵ VESTIBULAR. Coluna de Iracema. Jornal O Estado, Teresina, n. 392, p. 07, 11 jan. 1974.

familiar. Estas foram historicamente inseridas no mercado de trabalho muitas vezes por questão de necessidade, não sendo possível exercer uma qualificação baseada nos estudos.

Muitas dessas mulheres eram inseridas trabalhando no ambiente doméstico remunerado, atuando como empregadas, babás, cozinheiras, entre outras funções.

No Piauí, o Serviço Social do Estado (SERSE), era presidido por Florisa Silva, esposa do governador Alberto Silva. O SERSE garantia alguns programas de assistência para mulheres de classes sociais baixas como a Organização do Lar:

O Serviço Social do Estado inaugurou domingo, na rua Álvaro Mendes, a Organização do Lar, destinada a preparar pessoal para a profissão de doméstica, em solenidade presidida pelo governador Alberto Silva, que disse, na oportunidade, do esforço que o seu governo está empreendendo no sentido de preparar mão-de-obra para dar ocupação aos 30 mil desempregados existentes em Teresina. Acentuou o chefe do Executivo que o problema é complexo, mas que o Governo, consciente dele está disposto a enfrentá-lo¹⁰⁶.

Com a finalidade de diminuir a taxa de desemprego na capital, o Governo implantou uma organização a fim de qualificar pessoas para trabalhar no ambiente doméstico. Como afirmou a primeira-dama do Estado, Florisa Silva: “[...]a Organização do Lar vai qualificar cozinheiras, copeiras, babás e arrumadeiras para melhor exercício de suas profissões, assegurando a criação no futuro de outras escolas para preparação da mão-de-obra”¹⁰⁷.

Observamos a preocupação do governo na manutenção da profissão de domésticas, ou seja, prepará-las para aprimorar o que elas já faziam, mantendo essas mulheres de classe social menos favorecida nas mesmas funções. Ano seguinte, o periódico exibe que a ORLAR está cumprindo com a proposta:

¹⁰⁶ MÃES têm entidades para sua assistência. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 15 mai. 1972.

¹⁰⁷ MÃES têm entidades para sua assistência. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 15 mai. 1972.

Imagem 5- Orlar cumpre sua meta



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁰⁸

Além da imagem, a notícia informa que não se fixam apenas na capacitação pessoal:

[...] a Orlar se propôs, logo de princípio, a capacitar o pessoal de apoio doméstico e cumprir as difíceis tarefas da cozinha e do lar. Essa preocupação levou a direção da organização a elaborar um programa estreitamente identificado com as necessidades desse pessoal, que através de treinamento já se capacita a gerir as tarefas que lhe são confiadas como governantes, arrumadeiras, atendentes, cozinheiras, copeiras, babás, garçonetes e acompanhantes. Os serviços da Orlar, contudo, não se fixam apenas na capacitação de pessoal, eles se estendem à área de atendimento geral através de consultas médicas, aviamento de receitas, internamento em hospitais e maternidade, curativos e aplicação de injeções, serviços odontológicos com extrações, regularização e encaminhamento dos problemas do lar, além de ali funcionar uma agência de serviço social¹⁰⁹.

Conforme exposto, observamos que as mulheres eram capacitadas não apenas para atuar em residências particulares, mas também em hotelarias, restaurantes, entre outros locais. Assim como as mulheres recebiam uma assistência dentro desse programa como serviço de saúde e assistência. Podemos ainda observar alguns elementos presentes na imagem: a sugestão de que o ambiente é agradável com o registro de mulheres jovens e sorridentes, contando com a presença de mulheres negras.

¹⁰⁸ ORLAR cumpre sua meta. Jornal O Estado, Teresina, n. 290, p. 01, 08 ago. 1973.

¹⁰⁹ ORLAR cumpre sua meta. Jornal O Estado, Teresina, n. 290, p. 01, 08 ago. 1973.

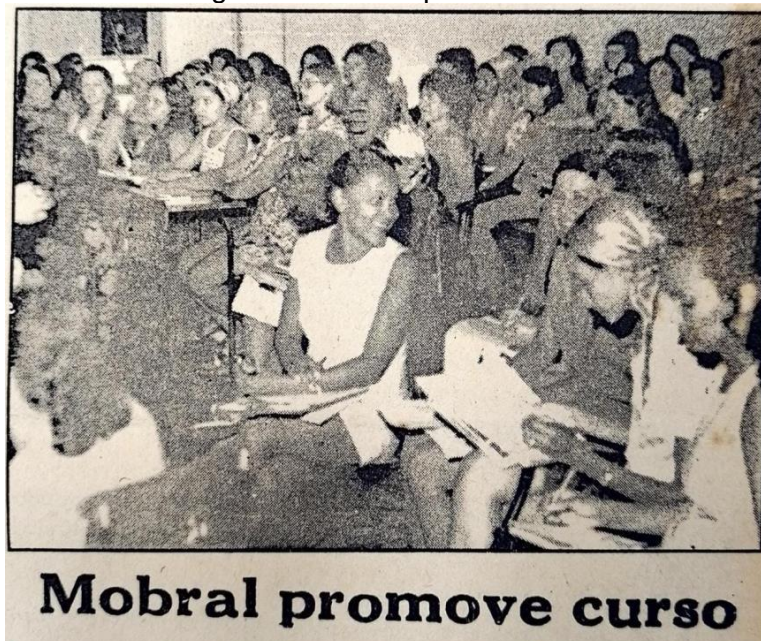
O período da década de 1970 também apresentou algumas mudanças culturais em relação às expectativas de gênero. As mulheres começaram a buscar mais autonomia e independência financeira, o que se refletiu em suas escolhas de carreira e busca por oportunidades profissionais.

Dentre as mulheres ingressas no mercado de trabalho, aquelas com maior nível de escolarização se encontravam em situação vantajosa em relação às demais, uma vez que a maioria era empregada no setor formal do mercado, no magistério e na administração pública. As mulheres formadas eram as que detinham maiores chances de ingresso e de permanência no mercado de trabalho, tanto pelo nível de escolarização, que as tornava mais competitivas no mercado, quanto por terem um maior acesso à burocracia estatal¹¹⁰.

Claramente, aquelas que tinham maior acesso a educação, possuíam maior conhecimento e qualificação e, conseqüentemente, tinham mais chances de ingressar no mercado de trabalho e permanecer, ao longo do tempo, em funções com melhores condições e maior remuneração.

O jornal *O Estado* também apresenta cursos profissionalizantes como para professoras, na década de 1970 com a vigência do Mobral, foi feita uma preparação para alfabetizadoras do Mobral para as zonas rural e urbana do município de Teresina através da Comissão Municipal do Mobral. Na imagem nota-se a grande presença de mulheres:

Imagem 6 – Mobral promove curso



¹¹⁰ CARDOSO, Elizângela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). 2010, 535f. p. 93. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

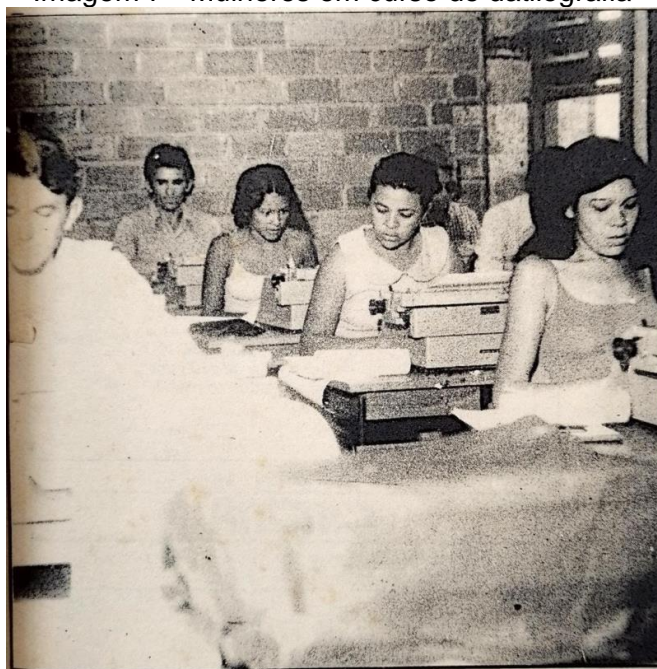
Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹¹¹

No entanto, o Mobral era acusado de servir políticos: “a organização é uma farsa pois professores analfabetos, que necessitam de frequentar o próprio Mobral estão sendo nomeados por políticos para fabricar eleitores”¹¹². Tal afirmação foi feita pelo Deputado Nogueira Filho nas páginas do jornal. O sistema Mobral foi bastante criticado, pois aparentemente não conseguia atingir ou cumprir com seu objetivo de alfabetização, tanto que foi também alvo de piadas. Contudo, a educação e as políticas de qualificação profissional contribuíram para o ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho. Destacamos aqui os cursos profissionalizantes como os cursos aqueles oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Tendo como principal objetivo a preparação de mão-de-obra comercial o Senac tem melhorado as condições de vida de aproximadamente mil pessoas no Piauí, com realização de cursos e treinamentos. [...] a qualificação profissional ainda é o meio mais procurado pelas pessoas para o empreguismo, pois a maioria dos empregados sempre exigem um certificado ou um diploma¹¹³.

Na imagem tem a presença de homens e mulheres nas máquinas de datilografia:

Imagem 7 - Mulheres em curso de datilografia



¹¹¹ MOBREAL promove curso. Jornal O Estado, Teresina, n. 456, p. 1, 03 abr. 1974.

¹¹² MOBREAL acusado de servir políticos. Jornal O Estado, Teresina, n. 203, p. 01, 26 abr. 1973.

¹¹³ SENAC realiza seis cursos e seminário em outubro. Jornal O Estado, Teresina, n. 861, p.01, 27 set. 1975.

Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹¹⁴

Além dos cursos destinados para funções de âmbito doméstico, como era fornecido pela Orlar, e qualificadores como os cursos técnicos. No período existia também a Casas Pernambucanas, era uma empresa varejista de tecidos, cobertores, lãs, entre outros produtos têxteis, foi inaugurada em 1908 em Recife. Então não possuía ligação com o governo, mas forneceu curso de manejos e bordados com duração de 30 dias. Isso explica a qualificação de mulheres, pois foi no período da década de 1970 em que “Pernambucanas lança o Crediário Tentação. Mulheres passam a ser admitidas na rede. A empresa entra no mercado de confecções para homens, mulheres e crianças [...]. Inicia-se, gradativamente, a venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos”¹¹⁵. Então esse curso ofertado pela Casas Pernambucanas, apesar de não conter informações se era gratuito, percebe-se que é uma tentativa da loja varejista de qualificar a mão-de-obra. A seguir imagem das concludentes do curso de manejos e bordados:

Imagem 8 - Concludentes do curso de manejos e bordados



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹¹⁶

¹¹⁴ SENAC realiza seis cursos e seminário em outubro. Jornal O Estado, Teresina, n. 861, p.01, 27 set.1975.

¹¹⁵ [PERNAMBUCANAS - Mais de 102 anos de sucesso no varejo brasileiro | Fashion Bubbles](#) acesso em 29/12/2023.

¹¹⁶ VALMIR, J. Gente e Notícia. Jornal O Estado, Teresina, n. 264, p. 11, 08 jul. 1973

Observa-se através das imagens pelas vestimentas com lenços na cabeça, que são mulheres mais simples, assim como presença de mulheres negras, que realizam esse curso.

Além do vestibular e cursos, tinham os concursos públicos, que promoviam além de trabalho a estabilidade. Além da dificuldade de se estabelecer no espaço público sendo mulher, ainda existiam as restrições nos próprios editais de concurso público como exemplo o da Telepisa (empresa de telecomunicações do Piauí, foi empresa operadora de telefonia antes da privatização que ocorreu em 1998), que tinha como exigências: “De acordo com o Edital de Concurso da Diretoria Administrativa da Telepisa, são os seguintes as exigências para inscrição dos candidatos: - ser do sexo masculino; ser maior de 18 e menor de 35 anos de idade; ser datilógrafo [...]”¹¹⁷.

Naquele período existiam mulheres datilógrafas pois havia vagas de emprego nos classificadas, além de cursos profissionalizantes como exposto anteriormente. Porém, no edital do concurso a exigência era do sexo masculino, isso restringe mais ainda os espaços para aquelas que buscavam trabalho. Apesar dessas limitações, também tinham mulheres participando e conseguindo aprovações em outros concursos, como foi noticiado das aprovadas no concurso de Procurador Assistente Jurídico do Estado. Este era também o caso de Iracema, que era colunista do Jornal *O Estado* e professora. Em seguida apresentamos o caso da senhora Vera Lobão, que foi divulgada no jornal da seguinte forma: “A sra. José Lobão (VERA) recebendo cumprimentos pela sua aprovação no concurso de Procurador Assistente Jurídico do Estado”¹¹⁸. Observa-se que primeiro aparece o nome do marido e o dela entre parênteses, e esse procedimento pode ser notado com muita frequência nas colunas sociais do periódico. Mesmo a conquista sendo da mulher, a notícia apresenta o nome do marido com maior destaque, isto é, o homem o qual ela carrega o sobrenome Lobão. Ou seja, a mulher não tem uma identidade própria, pois necessita ser apresentada com ênfase na informação de que é a esposa de alguém. A seguir a imagem que parabeniza a sra. Vera Lobão:

¹¹⁷ TELEPISA abre concurso. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 234, p. 01, 02 jun. 1973.

¹¹⁸ VERA aprovada concurso. Mauro Júnior. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 450, p.02, 27 mar. 1974.

Imagem 9- Vera Lobão aprovada Procuradora Assistente



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹¹⁹

No que se refere aos concursos de forma diferente aconteceu com a aprovação da advogada Maria do Carmo e Silva Gomes que estava lutando para obter sua nomeação para o cargo de juíza de direito, pois foi aprovada em concurso e seu nome foi incluído em três listas tríplices submetidas ao Governador. Entretanto, ela encontrou dificuldades para obter a nomeação no cargo público. Através da imagem, aparentemente Maria é uma mulher de cor de pele negra, com uma vestimenta mais simples:

Imagem 10 – Advogada não para luta para ser juíza



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹²⁰

¹¹⁹ VERA aprovada concurso. Mauro Júnior. Jornal O Estado, Teresina, n. 450, p.02, 27 mar. 1974.

¹²⁰ ADVOGADA não para luta para ser juíza. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, p. 01, 09 nov. 1973.

Maria do Carmo e Silva Gomes, apesar de ser filha do desembargador Augusto Everton e Silva, encontrou dificuldades na nomeação. Ela afirmava que o pai havia sido perseguido na época da gestão de Landri Sales (governou o Piauí de 1931 a 1935).

Conta a advogada Maria do Carmo e Silva Gomes que foi aprovada em concurso realizado em 1971 e sofreu discriminação quando deixou de ser nomeada nas três vezes em que seu nome constou das listas tríplices. Não impetrou mandado de segurança em tempo hábil porque- acrescenta- o presidente do Tribunal de Justiça lhe assegurou que a medida era desnecessária, já que sua nomeação era ponto pacífico. Tudo isso – prossegue ela- tem lhe acarretado uma série de prejuízos de ordem moral, financeira e profissional. [...] A advogada Maria do Carmo Silva Gomes não perdeu, entretanto, as esperanças. Assinala que confia no governador Alberto Silva, em quem reconhece um governante capaz e empreendedor [...]. Maria do Carmo lembra que seu pai foi vítima de cruéis perseguições na época da gestão Landri Sales, sofrendo, inclusive, corte em seus vencimentos. Para ela, porém, o exemplo do pai significa apenas um estímulo a mais para lutar pelos seus direitos. – Assim como meu pai não curvou a cabeça, eu também não curvarei a minha [...].¹²¹

A advogada deixou de ser nomeada e buscava na justiça o direito de nomeação, apesar de ser filha de desembargador, Maria do Carmo enfrentou objeções por ser filha de um desembargador que foi perseguido ou por discriminação como ela afirmava? Seja qual motivação da injustiça empregada para sua nomeação, é no mínimo intrigante ela ter que passar por esse processo de desgaste por algo que era direito seu, que deveria apenas ser cumprido.

As mulheres buscavam uma qualificação ou os estudos para exercer ofícios com maior reconhecimento e melhor remuneração. As mulheres de classes mais altas ainda, tinham destaque ao passarem nos vestibulares e concursos. Observamos que o campo ocupado e o espaço que é dado para essas mulheres no jornal são diferentes daqueles das mulheres de classes mais baixas.

Além disso, ao tempo em que o jornal viabiliza as mulheres, também traz conteúdos que a expõem de forma negativa e pejorativa, como no caso da profissão de secretária. Uma profissão sexualizada e carregada de estereótipos. Assim como a cobrança por boa aparência, é possível verificar em

¹²¹ ADVOGADA não para luta para ser juíza. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, p. 01, 09 nov. 1973.

diversos anúncios no jornal *O Estado* na seção de classificados que quando a vaga era destinada para sexo feminino havia a exigência de boa aparência. Vejamos as charges a seguir:

Imagem 11- Charge secretária 01

Imagem 12- Charge secretária 02



Fonte: Jornal O Estado¹²²

Fonte: Jornal O Estado¹²³

As imagens apresentadas acima mostram uma visão estereotipada, sexualizada e maldosa das mulheres em trabalhos como secretária ou que exercem funções em escritórios, induzindo a compreensão de que as funcionárias teriam envolvimento sexual com seus respectivos chefes. Isso indica ainda a existência de outro problema: o assédio sexual e moral que

¹²² CHARGE secretária. Jornal O Estado, Teresina, n. 198, p. 03, 10 abr. 1973.

¹²³ CHARGE secretária. Jornal O Estado, Teresina, n. 194, p. 03, 05 abr. 1973.

muitas profissionais enfrentavam, e que aparecem como situações naturalizadas nas imagens acima.

Além disso, as imagens criam a impressão de que a sexualização dessa relação profissional estaria mais ligada à mulher do que, por exemplo, ao “chefe” ou “patrão”. Ou seja, é a mulher que aparece como origem da sexualização no ambiente de trabalho. O comportamento masculino não parece ser o foco das charges.

Finalmente, podemos questionar ainda como as charges sugerem que a mulher antes de ser caracterizada ou mesmo avaliada por sua competência profissional, receberia destaque por sua aparência. A “boa aparência”, no caso das mulheres destas charges, não indica qualquer preocupação com situações de atendimento e desenvolvimento da função profissional, mas sim estaria diretamente relacionada ao seu papel dessa mulher como objeto sexual a serviço do “patrão” ou do “chefe” dentro de um ambiente de trabalho.

No periódico tem uma notícia sobre uma empresa de poupança e na imagem estão as seis funcionárias da caixa com a seguinte descrição: “Na foto o time forte da Caixa Forte, onde você abre sua caderneta de poupança e uma bonita garota dessas lhe atende com distinção e cordialidade. Você fica satisfeito, pois foi bem atendido por uma bela garota e, ao mesmo tempo, fez uma poupança”¹²⁴. O jornal reforça um discurso de destacar a beleza das funcionárias em detrimento ao trabalho desempenhado por elas e ainda finaliza a satisfação do cliente (masculino) por ser atendido por uma mulher “bonita”, além de fazer a poupança. A seguir na imagem as seis empregadas:

¹²⁴ CAIXA forte. Gente e Notícia. J. Valmir. Jornal O Estado, Teresina, n. 275, p. 09, 21 jul. 1973.

Imagem 13 – Funcionárias do Caixa Forte



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹²⁵

Dentre os cursos expostos, era atribuído destaque para o curso de normalista, isto é, para formar professoras. A primeira Escola Normal foi instalada em Teresina no ano de 1864¹²⁶ e era destinada à formação feminina. Entre as décadas de 1920 e 1950 foi crescente a participação feminina nesse nível, enquanto o ensino superior permanecia predominantemente masculino até 1960. Apesar disso, houve transformações em relação ao acesso feminino no ensino superior¹²⁷. O acesso das mulheres ao nível superior não foi um processo facilitado, tendo em vista que o acesso não era para todas, além das questões sociais dos lugares ocupados por elas, tinha a questão da classe social.

O Instituto Superior de Educação Antonino Freire iniciou como Escola Normal e formou docentes no Piauí:

O Instituto começou com o desejo de educadores que criaram em Teresina a Sociedade Auxiliadora da Instrução, da qual surgiu a Escola Livre com um curso de quatro anos de duração, onde os professores lecionavam gratuitamente. Em 1915, a escola passou a ser denominada Escola Normal Antonino Freire, em homenagem ao governador que a criou. Em 1973, a Escola Normal foi transformada em Instituto de Educação, mudando de endereço, antes na Praça Marechal Deodoro, para sua sede atual, na Praça Firmina Sobreira. Um projeto de lei do Governo do Piauí elevou o Instituto de Educação à condição de Instituto Superior de Educação Antonino Freire - Centro Integrado de Formação de Profissionais na Educação¹²⁸.

¹²⁵ CAIXA forte. Gente e Notícia. J. Valmir. Jornal O Estado, Teresina, n. 275, p. 09, 21 jul. 1973.

¹²⁶ OLÍMPIO, 1922. P. 54 apud Cardoso, 2010, p. 160.

¹²⁷ Cardoso, Elizangela. Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

¹²⁸ IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 31/08/2023.

Com a formação de 600 professoras no ano de 1974, elas receberam diploma de conclusão do Curso Normal nos salões do River Atlético Clube, conquistado no Instituto de Educação Antonino Freire:

Imagem 14 - Formação de professoras



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹²⁹

Na imagem é possível verificar o ambiente lotado, com pessoas em pé e a presença de muitas formandas acompanhadas por homens, provavelmente esposos, pais ou irmãos. Essa era a profissão que mais continha a presença feminina.

Com a intenção de expandir os serviços educacionais com baixos custos, em um contexto em que a demanda feminina por trabalho permeava o cotidiano, o Estado encaminhou as mulheres para o magistério primário, apropriando-se do imaginário social acerca do feminino, para justificar e legitimar a feminização da profissão. A professora primária, no discurso oficial, foi significada como uma segunda mãe e suas atividades profissionais como extensão da maternidade. Amor, vocação e doação foram termos associados ao magistério primário.¹³⁰

Então, essa historicização da mulher como educadora trouxe essa percepção e associação de professora, é comum ver mulheres atuando no ensino primário, porém não era comum mulheres atuando no secundário ou

¹²⁹ MAIS de 600 professoras para o Piauí. Jornal O Estado, Teresina, n.647, 22/23 dez. 1974.

¹³⁰ CARDOSO, Elizângela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). 2010, 535f. p. 79. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

superior. Da mesma forma, que era incomum ver homens atuando como professores no primário. Algumas vagas já vinham destinadas para as normalistas, como em 1972 o anúncio “Governo tem emprego para 800 professoras”¹³¹, as vagas eram destinadas para as professoras atuarem nos interiores do estado, pois a capital estava saturada. Era apontado como sendo um problema o fato de que muitas normalistas formadas em Teresina se recusavam a ir trabalhar no interior, enquanto já existiam 1.300 professoras primárias atuando na capital.

2.1.1 A ascensão das mulheres no mercado de trabalho

Na década de 1970, o mercado de trabalho para as mulheres em Teresina estava passando por mudanças significativas em relação às décadas anteriores. No entanto, ainda existiam desafios e desigualdades de gênero que moldavam as oportunidades disponíveis para as mulheres.

Algumas características do mercado de trabalho para as mulheres em Teresina na década de 1970 incluíam setores considerados tradicionalmente femininos. As oportunidades de emprego disponíveis para as mulheres frequentemente estavam concentradas em setores tradicionalmente associados ao gênero feminino, como o trabalho doméstico, a educação, a saúde e o setor de serviços. Profissões como professoras, enfermeiras e secretárias eram as mais comuns. Muitas também tinham a dupla jornada, pois além do trabalho remunerado, também eram responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a família. Essa divisão desigual de responsabilidades muitas vezes limitava suas opções de trabalho e progresso profissional, como ainda acontece atualmente.

Entretanto, é inegável que a participação feminina no espaço público aconteceu com maior veemência na década de 1970, até mesmo pela notoriedade das causas femininas que estavam em voga. A presença das mulheres nos espaços públicos não foi um acaso ou apenas pelas mulheres lutarem por isso, foi também associada a necessidade das empresas do Estado do Piauí em mão de obra. Foi notando-se uma necessidade do governo de empregar as mulheres:

¹³¹ GOVERNO tem emprego. Jornal O Estado, Teresina p. 1, 07 jan. 1972.

A escassez de mão-de-obra provocada pelo processo de desenvolvimento que se observa no País e que, em razão da velocidade desse processo ganha, dia a dia, dimensões mais amplas, levou a mulher brasileira a lutar e dar recentemente um novo passo na conquista da igualdade de direitos em relação ao homem, com o parecer favorável dado pelo então Ministro do Trabalho, Sr. Julio Barata a uma construtora de Brasília para utilizar operários do sexo feminino em tarefas que anteriormente só eram dadas a homens¹³².

Essa medida já estava sendo adotada na prática e surtiu efeito pois o governo queria aproveitar a mão de obra feminina. Essa notícia que o jornal *O Estado* expõe é de Brasília, onde a construtora Concursam foi intimida pela Delegacia Regional do Trabalho por estar utilizando mulheres nas obras da EMBRATEL. A construtora teria que especificar em quais serviços leves elas estavam trabalhando conforme as leis do trabalho. Esse alarme não foi um impedimento para que as mulheres continuassem com o serviço. Conforme a notícia, apenas seis mulheres tinham sido proibidas pelos maridos, pois estes temiam os outros homens que também trabalhavam na obra. Então, o uso da mão de obra feminina causou uma discussão e mostrou o quanto muitas queriam e tinham interesse em trabalhar, assim como a necessidade devido a falta de mão de obra, como àquelas, minoria, que tiveram essa liberdade de escolha cerceada pelos maridos.

Diante das controvérsias surgidas pelo aproveitamento de mulheres na construção civil, o ministro Julio Barata, do Trabalho, avocou ao seu gabinete o estudo do problema, devendo decidir hoje. Acredita-se, entretanto, que prevalecerá o entendimento de que as mulheres podem trabalhar nesse setor, em casos excepcionais e desde que caracterizada a natureza leve dos serviços. A notícia da experiência rapidamente se espalhou pela cidade e ontem pela manhã quase 100 mulheres, a maioria casada, formavam fila diante dos escritórios da construtora, candidatando-se à poucas vagas ainda existentes. Os responsáveis pela construtora advertiram ontem que caso, as autoridades venham proibir o recrutamento de mulheres, dificilmente poderão concluir a obra no prazo previsto, pois, a exemplo do que ocorre em outros centros, a construção civil em Brasília enfrenta uma grande escassez de mão de obra. Segundo eles, um anúncio publicado nos jornais locais, durante a semana, oferecendo emprego para serventes, só motivou a procura de oito candidatas, quando a necessidade da obra são de no mínimo 150.¹³³

Através desse trecho é possível inferir que existia uma tentativa de excluir as mulheres do trabalho pesado. A crença sobre que as diferenças biológicas entre

¹³² TRABALHO feminino. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 476, p. 02, 28/29 abr. 1974.

¹³³ GOVERNO vai aproveitar mão-de-obra feminina. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

homens e mulheres definiria que o homem no geral possui mais força e consegue lidar facilmente com trabalhos mais pesados. Porém, muitas mulheres que lidam muito bem com trabalhos que envolvem força e são disponíveis para isso, como consta que muitas foram atrás da vaga, sendo a maioria casadas. Fatores que reforçaram a necessidade do governo de inclusão da mão de obra feminina e contribuiu para parecer favorável do Minsitro do Trabalho:

A escassez de mão de obra provocada pelo processo de desenvolvimento que se observa no País e que, em razão da velocidade desse processo ganha, dia a dia, dimensões mais amplas, levou a mulher brasileira a lutar e dar recentemente um novo passo na conquista da igualdade de direitos em relação ao homem, com o parecer favorável dado pelo então Ministro do Trabalho, Sr. Julio Barata a uma construtora de Brasília para utilizar operáriosdo sexo feminino em tarefas que anteriormente só eram dadas a homens.¹³⁴

E ainda prova a competência feminina e destaque no trabalho pesado:

Em seu segundo dia de trabalho, as mulheres voltaram a demonstrar que são tão capazes como os homens nos serviços menos delicados, tendo inclusive batido um recorde na obra: em oito horas de jornada elas removeram o entulho em cinco andares, tarefa que antes igual número de operários demorava pelo menos um dia e meio. Ao término da jornada, as operárias saíram sorridentes e com uma só queixa: por motivos óbvios, o engenheiro responsável exigiu que a partir de hoje elas compareçam ao trabalho de calças cumpridas, pois apurou-se que uso de saia estava diminuindo o rendimento dos operários que trabalham nos andares inferiores¹³⁵.

O trecho demonstra que havia interesse no emprego da mão-de-obra feminina em lugares e funções antes ocupados apenas por homens. Inclusive com a observação de que elas conseguiam obter maior desempenho na função, em um serviço considerado “menos delicado”. Ao utilizar a palavra delicado, o discurso sugere que funções que exigem menos “delicadeza” não são para as mulheres. Contudo, são feitas observações e a “exigência” sobre as roupas utilizadas pelas operárias: elas teriam que vestir calças no ambiente de trabalho, pois o uso de saia estaria supostamente prejudicando a atenção dos operários ou “diminuindo o rendimento”. Novamente, a origem do suposto problema estaria nas mulheres ou nas suas vestimentas, e não no próprio

¹³⁴ TRABALHO feminino. Jornal O Estado, Teresina, n. 476, p. 02, 28/29 abr. 1974.

¹³⁵ GOVERNO vai aproveitar mão-de-obra feminina. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

comportamento masculino. É como se o ingresso de mulheres trabalhadoras nesses ambientes fosse capaz de impor transtornos e até mesmo prejudicar a produtividade. A calça poderia ser uma roupa mais confortável para trabalhar em obras, ainda que a saia eventualmente poderia impor menos mobilidade apesar de ser possivelmente menos quente. Porém, era muito comum o uso de saias pelas mulheres no período dos anos 70, tendo em vista que a calça se tornou uma peça comum no vestuário das mulheres ainda recente para aquele período.

No Brasil, essas mudanças da moda chegavam principalmente pelo cinema e revistas importadas. Mas as novas tendências eram absorvidas com moderação. Não era comum ver mulheres trajando calças, a não ser como uniforme de trabalho. O uso dessas peças era mais reservado aos espaços de lazer, sendo diluído com mais facilidade nas camadas jovens, onde o gosto pela novidade era crescente. Se pensarmos numa realidade do interior do país, em que os valores tradicionais imperavam, a calça como elemento do guarda-roupa feminino custou a ser aceita [...] ¹³⁶.

Então, a exigência de as mulheres utilizarem calça no trabalho não foi visando o bem-estar delas, mas sim de não causar prejuízo para a eficácia da obra, que estava sendo comprometida supostamente pela falta de rendimento dos homens que se distraíam olhando para as mulheres. Com isso foi preferido a mudança de roupa das mulheres a cobrar dos homens uma posição mais profissional e focado no trabalho. A seguir a imagem de uma mulher operária trabalhando.

Imagem 15- Mulher operária



¹³⁶ MATOS, Juscelina. Bárbara A. Papéis de mulher – moda, identidade e gênero. VI Enecult, 2010.p.06.

Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹³⁷

É possível perceber através da imagem que a trabalhadora está limpando o canteiro de uma calçada, vestida com um macacão, chinela e com uma touca na cabeça, está utilizando uma pá e uma vassoura, na proximidade está um lixeiro com rodas. A presença feminina nesses ofícios considerados masculinos foram se ampliando lentamente, provavelmente, inclusive, porque muitas vezes a remuneração para um mesmo ofício poderia ser menor para mulheres, o que também certamente estimulava a opção por essa mão-de-obra. Em Teresina, as mulheres passaram a atuar no Troca-Troca, que é uma feira de vendas e trocas de mercadorias, onde se encontram diversos tipos de materiais, bugigangas e objetos, localizado ao ar livre na Avenida Maranhão, às margens do Rio Parnaíba:

Imagem 16 – Mulher agora faz parte do troca-troca



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹³⁸

¹³⁷ GOVERNO vai aproveitar mão-de-obra feminina. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

¹³⁸ MULHER faz parte agora do Troca-Troca. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

Essa imagem representa literalmente a presença feminina em diferentes situações nos espaços públicos. Um lugar que antes era ocupado majoritariamente por homens, passou a ser compartilhado com mulheres. Acima pode-se verificar uma mulher e um homem conversando e fazendo negócios, pois esse é o objetivo do Troca-Troca. Junto a imagem acima tem um trecho com destaque para presença das mulheres nesses ambientes, e para isso usam literalmente um espaço público que antes era ocupado por homens, e abordam a frequência feminina nos demais âmbitos.

As mulheres estão tomando parte no mais fácil tipo de Bolsas de Valores do país [...], mas elas parecem que passaram a competir com o homem em qualquer modalidade de negócio, de modo que não se deixam empolgar por qualquer cantada de camelô. Elas levam rádio, ferros de gomar, utensílios domésticos [...]. A conversa no “troca-troca” já não é mais de homem para homem, mas de mulher para homem e de mulher para mulher até.¹³⁹

Ao referenciar o Troca-Troca como mais fácil tipo de Bolsa de Valores do país, o jornal reconhece a importância que esse tipo de negociação alcançou na sociedade teresinense, do quanto era um mercado popular e tradicional. As mulheres que antes eram destinadas apenas para o ambiente doméstico e para o lar, agora participam de negociações com outros homens, a maior parte do público frequentador são pessoas de classe social menos favorecida. Um fato sobre o mercado Troca-Troca era que na década de 1970 essa movimentação acontecia embaixo de uma árvore grande como mostra a fotografia a seguir do acervo do Paulo Gutemberg, além disso é possível notar a grande presença masculina:

Imagem 17- Feira do Troca-Troca na década de 1970

¹³⁹ MULHER faz parte agora do Troca-Troca. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.



Fonte: Acervo Paulo Gutemberg¹⁴⁰

Nos anos de 1984 foi projetado uma nova construção. A árvore que deu origem à feira foi preservada e incorporada à obra. A edificação caracteriza-se basicamente por uma cobertura constituída por oito abóbodas de cerâmica armada e seus nove pilares de sustentação¹⁴¹. A projeção dessa obra foi de responsabilidade da arquiteta Goretti Mendes:

Imagem 18 - Vista a leste da edificação a partir da Av. Maranhão



Fonte: SOUSA, 2017. P. 157.¹⁴²

Além desse registro de mulheres no Troca-Troca, o Jornal O

¹⁴⁰ SOUSA, L. G. Arquitetura de feições brutalistas no Piauí: dez exemplares. Dissertação – (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

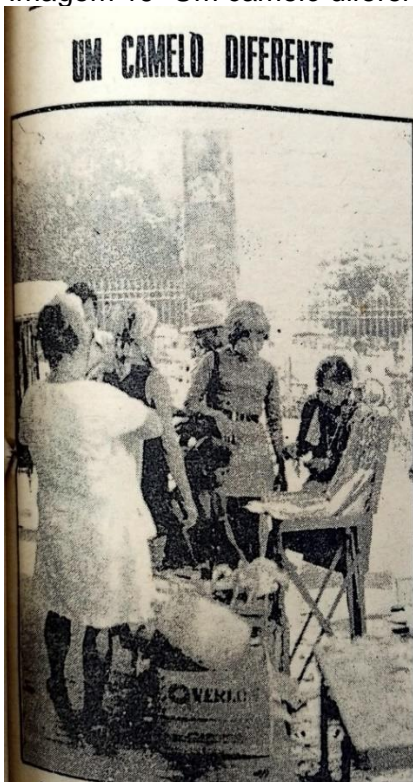
¹⁴¹ SOUSA, L. G. Arquitetura de feições brutalistas no Piauí: dez exemplares. Dissertação – (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

¹⁴² SOUSA, L. G. Arquitetura de feições brutalistas no Piauí: dez exemplares. Dissertação – (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

Estado também traz imagens de mulheres atuando como camelôs (ambulantes), vendendo objetos nas ruas da cidade teresinense, principalmente no Centro. Isso igualmente era uma novidade, pois essa atuação era masculina, os homens vendiam quinquilharias nas ruas. O comércio a princípio no início do século XVIII era predominantemente masculino, as mulheres integravam por serem filhas ou esposas, quando viúvas tomavam de conta dos negócios do esposo. No início do século XIX, nota-se a diferença da presença feminina no comércio, inclusive um crescimento como afirma Cardoso¹⁴³ que em 1920, sessenta e oito mulheres trabalhavam em atividades comerciais em Teresina e conforme dados no Piauí, o número de mulheres que trabalhava no comércio de mercadorias, era superior ao dobro do que tinha sido encontrado em 1950. Em 1970 em Teresina mais de 1.500 mulheres atuavam no comércio de mercadorias¹⁴⁴.

A imagem a seguir ilustra a atuação das mulheres como camelô:

Imagem 19- Um camelô diferente



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁴⁵

¹⁴³ CARDOSO, Elizângela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). 2010, 535f. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹⁴⁴ IBGE 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>.

¹⁴⁵ UM CAMELO diferente. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 07, 21 fev. 1974.

A imagem vem acompanhada do seguinte texto:

O camelô não é mais profissão só para homem. Também, não é mais só aquele sujeito que solta uma pasta preta no calçamento e, para provocar o ajuntamento de pessoas, começa a gritar que ali está a mala da cobra. O camelô, atualmente, assume apenas a posição de um comerciante que não paga imposto e que chega até a concorrer com o comércio legalizado. Em razão disso é que, na maioria dos grandes centros, as prefeituras criaram o terror dos camelôs: o famoso “rapa”. Mas, hoje, em face da onda de desemprego, a mulher resolveu se masculinizar, também, a fazer a mesma coisa que o homem faz. O exemplo está na camelô da foto, que mantém uma família numerosa com a renda do seu comércio e que escapa bem, enquanto o “rapa” não chega a Teresina.¹⁴⁶

O trecho traz uma denúncia a respeito da comercialização ilegal e aborda sobre a mulher camelô, com o argumento de o sofrimento e necessidades causados pelo desemprego é que forçava a mulher a “se masculinizar”. Isso reforça a ideia de que a mulher sempre quando se encontra em determinado espaço ocupado por homens, usam como motivo que ela quer se igualar, masculinizar. Na foto é possível perceber que todas as mulheres da imagem têm aparência feminina, não tem nenhuma com traços ou trajés masculinos. A camelô é colocada como se quisesse masculinizar apenas pelo espaço público que está ocupando e de certa forma incomodando quem escreveu esse trecho, com autoria desconhecida. O desemprego poderia ser a motivação para essa mulher ir à rua em busca de renda para sustentar a família ou contribuir, isso já é a motivação para a atividade que ela estava exercendo, apesar de ilegal. Denota-se que ela provavelmente de classe social baixa não tinha outras opções ou oportunidades para atuar em outros âmbitos. E a prática do comércio na rua é muito comum no centro da cidade. A seguir mais um registro de ambulantes e nele é possível identificar duas mulheres. A legenda descreve “os vendedores ambulantes fazem ponto diário na pracinha para ganhar ‘o pão de cada dia’, como afirmam. Isso é uma rotina que já se tornou tradição”¹⁴⁷.

Imagem 20 - Ambulantes nas praças

¹⁴⁶ UM CAMELÔ diferente. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 07, 21 fev. 1974.

¹⁴⁷ PRAÇA SARAIVA: o abandono continua. Jornal O Estado, Teresina, p.5, n. 776, 20 jun. 1975.



Fonte: Jornal o Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁴⁸

Na imagem tem a presença de dois homens e duas mulheres, no primeiro plano uma mulher está segurando uma galinha e um homem ao seu lado aparentemente está comprando. No segundo plano, aparenta a mulher ser a cliente, ela segura uma bolsa, enquanto o homem parece estar comercializando com um pano no ombro.

Além de ambulantes, tinham mulheres que eram donas de bodegas, em uma reportagem sobre as bodegas estarem falindo. A seguir temos a notícia sobre a entrevistada Dona Rita de Cássia Soares, que chegou ao Piauí em 1960 vindo do Ceará após as enchentes, e ingressou no ramo comercial em Teresina, na zona norte.

A cheia destruiu quase tudo que nós tínhamos. Ainda bem que vendemos algumas cabeças de gado que possuíamos e viemos para o Piauí. Eu, meu marido Lourival Soares, já falecido, e duas filhas. Compramos esta casa e instalamos um movimento de venda de cereais. A princípio, tudo bem. Depois, tomamos um baque o que é natural em comércio, porque muita gente compra e se esquece de pagar ou não paga de propósito. Eu digo sinceramente: não desejava botar garrafas de cachaça em minhas prateleiras, mas depois fiquei certa de que toda bodega deve vender aguardente e quanto mais melhor. Hoje, por exemplo, a cachaça dá mais lucro que quaisquer outros produtos. É ela quem às vezes salva o fraco movimento comercial de uma bodega de subúrbio¹⁴⁹.

A senhora Rita de Cássia descreveu sua trajetória até chegar em Teresina e o motivo de vender cachaça, pois era o que gerava mais lucro.

¹⁴⁸ Ambulantes nas praças. Jornal O Estado, Teresina, p.5, n. 776, 20 jun. 1975.

¹⁴⁹ AS BODEGAS estão falindo. Jornal O Estado, Teresina, n.809, p. 4, 26 jul. 1975.

Embora o comércio fosse considerado como ambiente para homens, esse relato mostra que existiam mulheres que tomavam de conta desses negócios, seja por marido falecido, seja por necessidade de mais uma pessoa para conduzir os negócios. Assim, as mulheres também trabalhavam no comércio. Ajudantes dos pais e dos maridos ou proprietárias, que assumiam a atividade comercial após a viuvez, um pequeno segmento de mulheres atuava nesse ramo¹⁵⁰. Na imagem seguinte, duas mulheres comerciantes nas bodegas de Teresina:

Imagem 21 – Mulher vendendo em bodega 01



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁵¹

Imagem 22 – Mulher vendendo em bodega 02



¹⁵⁰ CARDOSO, Elizângela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). 2010, 535f. p.79. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹⁵¹ AS BODEGAS estão falindo. Jornal O Estado, Teresina, n.809, p. 4, 26 jul. 1975.

Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁵²

Na imagem 21 a mulher com um vestido que cobre os ombros está abrindo uma garrafa, servindo os clientes, o cenário aparece bastante bebida. Na segunda existe uma variedade de produtos, aparentemente um comércio, contém uma balança e a senhora está sendo entrevistada pelo jornalista.

As imagens do jornal registravam também a presença feminina nos empregos regulares, como nas fábricas. Apresentamos, a seguir, o registro de mulheres atuando como empacotadoras na empresa de produtos alimentícios, MAPIL:

Imagem 23 – Empacotadoras trabalhando



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁵³

Na imagem acima, é possível verificar três mulheres próximas de uma máquina empacotando, apenas uma parece não usar lenço na cabeça e parece não estar com as mãos em cima da máquina como as outras duas, porém percebe-se que a vestimenta delas são iguais.

Além da presença desse tipo de registro sobre as mulheres operárias, o Jornal *O Estado* também apresentava elementos a respeito das

¹⁵² AS BODEGAS estão falindo. Jornal O Estado, Teresina, n.809, p. 4, 26 jul. 1975.

¹⁵³ EMPACOTADORAS na Mapil. Jornal O Estado, Teresina, n. 227, p. 16, 25 mai. 1973.

mulheres de elite que trabalhavam. Registros a respeito de mulheres de elite em condições profissionais, entretanto, apareciam no jornal de maneira mais esporádica. É comum verificar a frequente presença dessas mulheres nas colunas sociais, seja por serem apresentadas como esposa de algum homem de classe alta ou então relacionado a eventos como aniversários ou reuniões. As mulheres de elite formavam clubes para se reunirem, e alguns tinham finalidade de filantropia.

Porém existem vários exemplos de mulheres que atuavam em diferentes profissões, como professoras, artistas, empresárias e proprietárias de botiques ou salões de beleza. Um exemplo é o Instituto Charl's, prestigiado pelas senhoras da alta sociedade teresinense como descreve o jornal. No decorrer dos anos, esse era o salão de beleza mais presente nas divulgações inseridas nas páginas de *O Estado*:

Imagem 24 – Instituto Charl's



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁵⁴

Duas mulheres, uma prestadora de serviço e a outra cliente, a cabelereira aparece bem-vestida e concentrada na sua atividade.

O jornal apresentou a professora Naila Bucar como “uma das damas mais elegantes e cultas da sociedade local, cada vez mais ajustada no

¹⁵⁴ INSTITUTO Charl's. Jornal O Estado, Teresina, n.56, p. 8, 06 out. 1972.

contexto da Universidade Federal do Piauí, onde ensina Educação Física”¹⁵⁵. A forma como referencia a professora como elegante e culta, ou seja, uma pessoa estudada com conhecimento. Ainda assim, coloca como ela estivesse cada vez mais se ajustando ao contexto da universidade, onde exerce a profissão. O ofício de ensinar, de ser professor era muito praticado por mulheres nos anos iniciais do ensino básico, devido as normalistas. E ter um destaque de uma mulher sendo professora no ensino superior é atípico. Em sua coluna social Pompilo Santos comentou como se estivesse fazendo uma aposta sobre que quando a Secretaria Municipal de Educação fosse criada, então “o primeiro a ocupar o cargo será uma mulher: -a professora Maria Augusta Pereira, que tem gabarito de sobra. Será mais uma vitória da mulher piauiense, que merece. E a nova secretaria é uma necessidade”¹⁵⁶. Essa demonstração de conquista de espaço e o reconhecimento das qualificações da profissional registrada como vitória para as mulheres exhibe como estavam ocorrendo mudanças nos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade de Teresina.

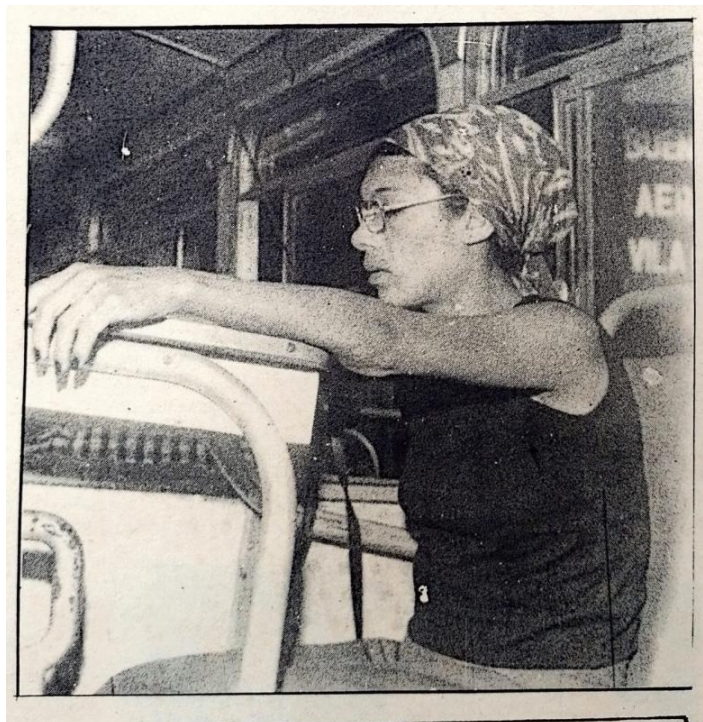
Com uma frequência menor, o jornal também apresentava registros e comentários sobre mulheres atuando como artistas. Mas algumas tinham destaques como foi o caso de Helena Kátia Paulo Castro, apresentada como talentosa pintora piauiense; assim como Lena Rios, cantora, que fazia sucesso para além do Piauí, sendo bastante conhecida no período.

Assim como abordado anteriormente, os estudos eram uma das formas das mulheres ingressarem ou melhorarem sua presença no mercado de trabalho. Porém nem todas tiveram a oportunidade de conseguir qualificação profissional ou avançar no sistema de ensino: este seria o caso de Maria Euzelia, solteira e que trabalhava como cobradora de ônibus.

Imagem 25 – Cobradora de ônibus Maria Euzelia

¹⁵⁵ Super Sociais. Naila e Universidade. Jornal O Estado, Teresina, n.856, p. 2, 21/22 set. 1975.

¹⁵⁶ POMPILO Santos. Mulher na Secretaria de Educação. Jornal O Estado, Teresina, n. 823, p. 2, 13 ago. 1975.



Fonte: Jornal O Estado¹⁵⁷

Através do registro, é possível perceber a trabalhadora Maria Euzelia com aparência cansada. Ela foi fotografada enquanto exercia sua função de cobradora de ônibus e aparentemente não é muito confortável, pois a altura do caixa e a distância da cadeira faz com que ela ainda fique curvada. Ela não estudava e disse que ficou assustada quando ouviu o questionamento de não estar estudando, ela respondeu:

Estudar? como? Eu entro no emprego às 5:20 horas da manhã trabalho até 8 horas da noite. Quando chego em casa, não sinto vontade de fazer outra coisa, senão dormir e não acordar mais. Só estou nesse emprego porque sou pobre e tenho que ajudar minha família. Não que o emprego pague bem, mas é porque a gente não encontra outro.¹⁵⁸

A jovem destaca que não tinha tempo para estudar: além de ter que trabalhar para ajudar a família, ela passava 15 horas no trabalho, chegando em casa muito cansada. Assim, a sua jornada de trabalho era um impeditivo para que pudesse sequer frequentar qualquer tipo de curso e, além disso, ela afirmava que chegava em casa exausta e sem disposição para estudos. A trabalhadora

¹⁵⁷ COBRADORES de ônibus sem carteira assinada, sem nenhuma garantia. Jornal O Estado, Teresina, n. 905, p.12, 02 dez. 1975.

¹⁵⁸ COBRADORES de ônibus sem carteira assinada, sem nenhuma garantia. Jornal O Estado, Teresina, n. 905, p.12, 02 dez. 1975.

ênfatizava que o emprego não era bem remunerado, mas que permanecia nele por não conseguir outro. Maria Euzelia não podia renunciar ao trabalho para se dedicar aos estudos, ela precisava do emprego para completar a renda familiar e ajudar em casa. Ela destaca essa condição ressaltando a sua pobreza e por isso a necessidade de priorizar o trabalho. Conforme a notícia Maria ganhava um por cento sobre as passagens inteiras. Ela ganhava menos que outros trabalhadores devido a linha de ônibus em que atuava. Os cobradores ganhavam entre um por cento e cinco por cento.

Os registros sobre esta trabalhadora evidenciavam que as desigualdades sociais impactavam no acesso das mulheres ao ensino ou a programas de qualificação profissional. Nem todas tinham tempo ou condições para estudar, e que acabavam encontrando oportunidades de trabalho principalmente em funções de baixa remuneração e altas jornadas. E Maria Euzelia era uma mulher solteira e faltava tempo para algo que gostaria, os estudos, e aquelas que eram mães, precisavam trabalhar e tinham que conciliar trabalho, com lar e maternidade? Ou estudos e maternidade?

Uma matéria no periódico apresentou a história a respeito de uma decisão da Justiça para obrigar um padre, diretor de uma instituição de ensino, a matricular uma mãe solteira:

O Tribunal de Justiça do Piauí decidiu por maioria de votos, mandar reintegrar a jovem Maria de Fátima Ribeiro Santos, que, no ano passado viu-se impedida de concluir os estudos na Escola Normal de São João do Piauí, o Diretor da Escola, Padre Solon Correia de Aragão motivou sua ordem verbalmente no fato de uma gravidez extramatrimonial da aluna. O advogado Francisco Landim apelou de sentença prolatada pelo Juiz de São João do Piauí e ontem a decisão se consolidou com ganho de causa para a aluna¹⁵⁹.

O caso acima indica que o direito ao estudo foi retirado da estudante em razão de ter engravidado sem ser casada. O caso demonstra o quanto essas mulheres eram julgadas e punidas por seu comportamento sexual nesses espaços sociais. Outro registro onde também é possível observar a atenção sobre o comportamento feminino, especialmente com relação aos papéis de esposa e mãe, é o de Fides Angelica de Castro Veloso Mendes Ommati, que fez curso de pós-graduação na Faculdade de Direito do Rio de

¹⁵⁹ Jornal O Estado, Teresina, p.1, n. 801, 16 jul. 1975.

Janeiro. Ela recebeu destaque em uma coluna social do jornal *O Estado*: “É a presença da inteligência e fibra da mulher piauiense no cenário das letras e da inteligência. Nem por isso deixa de ser mãe exemplar, a esposa amantíssima”¹⁶⁰. Ao tempo em que exalta a mulher pela sua inteligência e competência por conclusão do curso, também ressalta que ela é mãe, que apesar de estar estudando cumpre com seu papel de maternidade e de esposa.

2.1.1.1 O equilíbrio delicado: ser mãe e trabalhadora

Conciliar o espaço privado e público não é uma tarefa fácil para muitas mulheres, ter que lidar com o trabalho e a maternidade principalmente para aquelas que não dispõem de muito poder aquisitivo, sem muito estudo, e precisa trabalhar, é ainda mais complicado, pois estas muitas vezes não tem com quem deixar os filhos ou não tem condições de pagar uma babá. Assim, essas mulheres também atuavam como domésticas em outros lares ou ambientes.

O governo do Estado do Piauí realizou políticas públicas para esse público. O Serviço Social do Estado (SERSE) era responsabilidade da Florisa Silva, esposa do governador Alberto Silva. A SERSE garantia alguns programas de assistência para mulheres de classes sociais baixas, como o Centro Materno Infantil:

[...]uma realização de profundo alcance social da SERSE, pois ali as mães pobres, lavadeiras que ganham seu sustento o labor diário de lavar roupas, poderão deixar suas crianças entregues a competentes funcionárias, nas creches, durante todo o dia e, à noite, ao regresso do lar, ainda levarão preparadas mamadeiras para a última alimentação do filho. Depois dos quatro anos os filhos destas lavadeiras ficarão numa das escolas maternas da Ilhota e receberão merenda. Até sete anos seguirão esse regime de escola e depois, as crianças poderão estudar nas bibliotecas ou frequentar os campos de esportes ali localizados[...].¹⁶¹

Esse era o planejamento de como funcionaria o Centro Materno Infantil, que foi inaugurado em maio de 1972, no qual as lavadeiras que lavavam roupas à beira do rio, tinham espaço para exercer esse trabalho e de poder levar os filhos que seriam cuidados por profissionais do Centro Materno. A seguir uma

¹⁶⁰ Exemplo de mulher. Jornal *O Estado*, Teresina, p. 03, n. 845, 09 set. 1975.

¹⁶¹ CENTRO Materno Infantil. Coluna de Iracema. Jornal *O Estado*, Teresina, p.02, 11 mai. 1972.

imagem que mostra o local de funcionamento com a legenda “as lavadeiras do Poti e seus filhos têm, agora, seu Centro Materno Infantil no bairro Ilhotas”.¹⁶²

Imagem 26- Centro Materno Infantil



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁶³

De acordo com a notícia, a previsão era beneficiar 900 pessoas pertencentes às famílias de 175 lavadeiras do rio Poty. Porém, não foram todas beneficiadas com esse programa, tendo em vista que ainda havia lavadeiras na margem do rio Parnaíba, registro feito três anos após a inauguração, em setembro de 1975 pelo Jornal, mulheres que reclamavam das condições em que estavam lavando roupas:

O forte calor está prejudicando o trabalho das lavadeiras dos rios Parnaíba e Poti, que inclusive foram obrigadas a reduzir o tempo de serviço durante o dia. Muitas só estão suportando o sol causticante na parte da manhã, embora sacrificando o orçamento. As lavadeiras estão reclamando a falta de locais adequados, com abrigos como as creches existentes em alguns bairros, mas que atendem uma minoria. “Quando não é a cheia do rio, vem o sol forte para prejudicar a gente”, lamentam as lavadeiras.¹⁶⁴

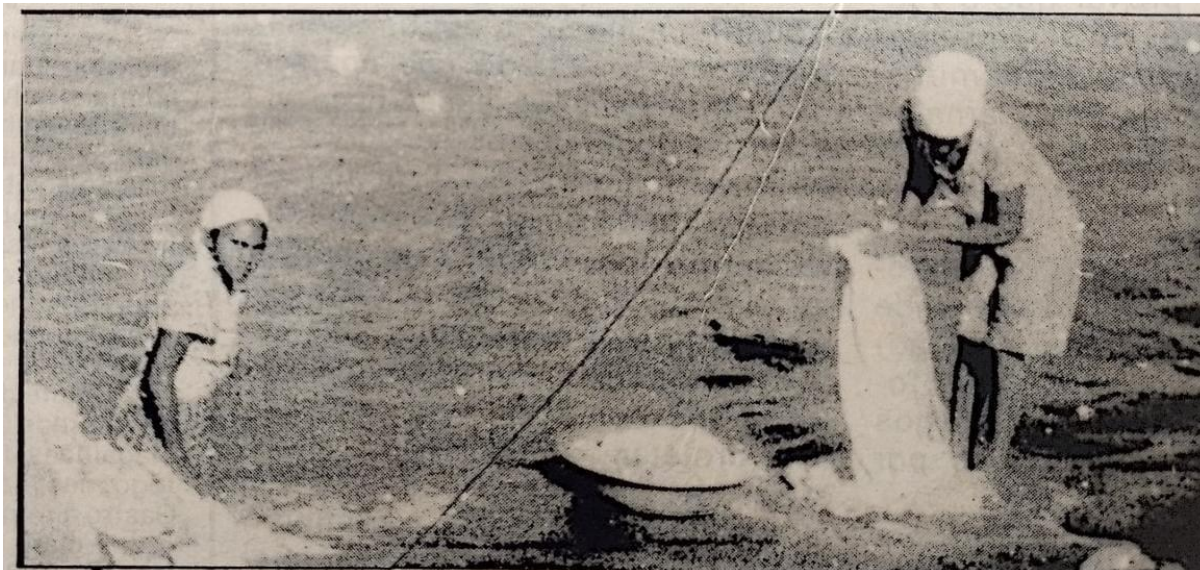
¹⁶² MÃES têm entidades para sua assistência. Jornal O Estado, Teresina, p.01, 15 mai. 1972.

¹⁶³ MÃES têm entidades para sua assistência. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 15 mai. 1972.

¹⁶⁴ SOL prejudica orçamento de lavadeiras. Jornal O Estado, Teresina, n. 845, p. 04, 11 set. 1975.

Sendo assim, três anos após a inauguração e ampliação de outra lavanderia, não foram todas que tiveram acesso ao benefício, sem um local adequado e sem creche para deixar as crianças:

Imagem 27- Sol prejudica o orçamento das lavadeiras



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁶⁵

Tanto para homens quanto mulheres, vindos ou não do interior, poucas eram as saídas. A construção civil foi um ramo que cresceu muito no período, favorecida pelas constantes intervenções estatais e a crescente industrialização que cercavam as metrópoles brasileiras. Como meio de sustento, homens e mulheres se dedicavam a atividades que pudessem ser mais básicas de se realizar, configurando formas de trabalhos informais e necessários para situações na qual se encontravam. Nesse cenário, a atividade de lavagens de roupas nos rios foi uma saída possível para tantas mulheres que, sem qualificação profissional, não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho [...]¹⁶⁶.

Então as lavadeiras tinham essa opção de lavar roupas e era muito comum fazerem isso a beira dos rios, apesar do governo do estado oferecer um local para essas mulheres, não era um projeto que contemplava todas. Muitas lavadeiras reconheciam que o projeto funcionava e era bom, outras lamentavam por não ter local suficiente para comportar todas. Conforme exposto por Yasmin Silva (2019), as lavanderias funcionavam em dois pontos da capital: um na zona sul, bairro Ilhotas, e outro na zona norte, bairro Primavera, e os dois

¹⁶⁵ SOL prejudica orçamento de lavadeiras. Jornal O Estado, Teresina, n. 845, p. 04, 11 set. 1975.

¹⁶⁶ SILVA, Yasmin Escórcio Meneses.; NETO, Marcelo de Sousa. Na beira dos rios, a margem da cidade: configurações do trabalho feminino na cidade de Teresina-PI (década de 1970). Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 10, n. 01, p. 52-66, jan./jul. 2019.

estavam localizados nas proximidades do rio Poti¹⁶⁷. Então, sem espaço, muitas mulheres mantiveram as margens dos rios. Em consequência dessa ação, a mulher pobre em Teresina dominou os espaços públicos da cidade para garantir o sustento e a sobrevivência de sua família, enfrentando e resistindo aos constantes problemas sociais a que se sujeitava para viver em uma cidade em pleno desenvolvimento¹⁶⁸. Além das lavadeiras, outras mulheres atuavam no âmbito doméstico, como as trabalhadoras domésticas.

¹⁶⁷ SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. Das “margens”: as transformações na cidade de Teresina-PI, Sob O Olhar de Suas Lavadeiras (Década De 1970). 30 Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

¹⁶⁸ SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. Das “margens”: as transformações na cidade de Teresina-PI, Sob O Olhar de Suas Lavadeiras (Década De 1970). 30 Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

3 VOZES DO LAR: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA ERA DA MUDANÇA DOS ANOS 70

A proposta deste capítulo é uma discussão sobre as empregadas domésticas, tema que foi bastante mencionado no jornal *O Estado*, ao longo do ano de 1973. O objetivo é apresentar como o periódico procurou discutir o tema dos direitos das trabalhadoras domésticas. A discussão acerca do trabalho doméstico é de grande relevância nesta pesquisa tendo em vista que no ano de 1973 é bastante noticiado no jornal *O Estado* sobre a regularização do trabalho doméstico e dos direitos das trabalhadoras.

Dessa forma, para além dos trabalhos que ocorriam de forma considerada regular, existiam muitas mulheres que atuavam nos lares de outras famílias, assim como recebiam qualificação para isso. Com a profissionalização foi expandindo para além dos lares, as mulheres atuarem em hotéis e outros ambientes que requeriam uma atividade voltada para manutenção da organização do ambiente. Sendo assim este capítulo é dividido em três tópicos, o primeiro abrange sobre o trabalho remunerado e não-remunerado, devido as mulheres que atuavam em atividades não regulamentadas muitas não são reconhecidas pelo trabalho que desempenham, o segundo tópico aborda de forma amplificada sobre a legislação acerca do trabalho doméstico e o terceiro tópico sobre as trabalhadoras domésticas que são expostas no jornal *O Estado*.

3.1 Além dos Salários: Reconhecendo o Trabalho Remunerado e Não Remunerado

O trabalho remunerado exercido pelas mulheres conquistou maior visibilidade após as transformações econômicas da década de 1970 e com os debates promovidos pelos movimentos sociais. Porém, diferente das atividades e empregos considerados mais comuns, o trabalho doméstico continuou a não ter reconhecimento, pois além de não ser regulamentado era uma atividade realizada por mulheres consideradas como de baixa qualificação profissional.

O trabalho doméstico remunerado, em grande parte, era visto como responsabilidade das mulheres. A ideia tradicional de que as mulheres deveriam cuidar da casa e da família persistia, e muitas mulheres dedicavam grande parte de seu tempo a tarefas domésticas não remuneradas. À medida

que mais mulheres ingressavam no mercado de trabalho fora de casa, muitas famílias tiveram que ajustar suas dinâmicas em relação ao trabalho doméstico. Isso levou a uma maior conscientização sobre a necessidade de compartilhar responsabilidades entre homens e mulheres. No entanto, essas atividades não deixaram de ser realizadas pelas mulheres.

Engels, abordou o trabalho doméstico no contexto da propriedade privada e da família. Ele argumentava que a divisão do trabalho entre homens e mulheres era uma forma de opressão das mulheres, contribuindo para a manutenção da estrutura de classe na sociedade¹⁶⁹. Já a socióloga Arlie Hochschild expõe a teoria da dupla jornada¹⁷⁰ para descrever a situação em que as mulheres desempenham papéis tanto no mercado de trabalho quanto nas responsabilidades domésticas. Ela destacou como as mulheres muitas vezes enfrentavam o desafio de equilibrar as demandas do trabalho remunerado e não remunerado.

A divisão em ter que dar conta dos afazeres domésticos, casa e filhos e ainda trabalho para aquelas que realizavam atividades fora de casa, contribuiu para necessidade das trabalhadoras domésticas que exerciam atividades nos lares, muitas destas também possuíam famílias, porém tinha que contribuir com a renda familiar ou até mesmo eram as principais responsáveis por isso:

“Desse modo, a dona de casa que ingressa no mercado de trabalho para manter um ou dois automóveis da família, ou para garantir as viagens de férias, entende que está ingressando por necessidade, que manter o padrão de consumo de seu grupo familiar é necessidade. É uma situação diferente daquela das famílias em que o dinheiro para os alimentos, por exemplo, sempre termina antes de entrar o próximo salário e, diante disso, as donas de casa buscam trabalho remunerado, caso já não trabalhassem desde solteiras”.¹⁷¹

Soraia Carolina de Mello destaca a importância da diferença entre o trabalho doméstico remunerado e o não-remunerado. Segundo a autora, as funções de esposa extrapolavam o que era entendido como trabalho doméstico, e era avaliado que algumas esposas, as que pertenciam a famílias

¹⁶⁹ ENGELS, F. A origem da família da propriedade privada e do Estado Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

¹⁷⁰ HOCHSCHILD, Arlie R. The second shift. New York, Avon Books, 1989; e The time bind: when work becomes home and home becomes work. New York, Metropolitan Books, 1997.

¹⁷¹ MELLO, Soraia Carolina de. Discussões Feministas Na Imprensa Para Mulheres: Revista Claudia E O Trabalho Doméstico (1970-1989). 460f. Tese de Doutorado. p.48. Florianópolis 2016.

mais abastadas principalmente, não executavam o trabalho doméstico. Podiam até ser responsáveis por ele, gerenciavam, por assim dizer, a casa e quem os executava¹⁷².

Em pleno século XXI, ainda há grande dificuldade no reconhecimento social das atividades domésticas de forma geral. Porém, ao longo do século XX havia uma maior dificuldade inclusive com dados estatísticos a respeito, pois não era uma atividade reconhecida. Mello destaca que Dominique Fougeyrollas-Schwebel¹⁷³ relata o trabalho doméstico sendo geralmente definido como o conjunto de tarefas realizadas no terreno familiar; trabalho não remunerado efetuado principalmente pelas mulheres. Além disso, ressalta que no ano de 1992 a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluiu uma pergunta específica sobre afazeres domésticos.

A noção de trabalho doméstico vai se ampliando e se tornando uma atividade para além do lar, mas sim uma avaliação de quais atividades estão sendo desempenhadas, por quem e qual o tempo. Não se abordava sobre a jornada interminável do que era ser uma mulher, mãe e dona de casa. Além disso, aquelas que saíam de suas residências e trabalhavam fora ainda assim tinham que cuidar do lar, as de classes altas geralmente tinham quem cuidava nos afazeres de casa. Ademais, as mulheres da elite recebiam reconhecimento por serem exemplos de mães e esposas. Nas páginas do Estado, essa imagem sobre as mulheres de elite era reproduzida. As mulheres da elite conseguiam alcançar esse tipo de credibilidade: podia ser reconhecida como instruída, profissional, “inteligente”, mas sempre como características que não vinham separadas de qualidades como esposa, mãe e responsável pelos cuidados do lar (considerando que esses cuidados eram, em geral, realizados por empregadas domésticas).

Em contrapartida, não encontramos nesse jornal caracterizações semelhantes a respeito de mulheres mais pobres e que eram responsáveis diretas pelos cuidados da família e do lar. Pelo contrário, a imagem

¹⁷² MELLO, Soraia Carolina de. Discussões Feministas Na Imprensa Para Mulheres: Revista Claudia E O Trabalho Doméstico (1970-1989). 460f. Tese de Doutorado. Florianópolis 2016.

¹⁷³ FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999, p. 62-93.

3 (no primeiro capítulo) mostra uma mulher com os filhos “cearense não perde a mania de emigrar” denota um desdém da situação, sendo que a mulher provavelmente estava em busca de melhores condições para ela e os filhos. Então é possível perceber a diferenciação quando o jornal caracteriza mulheres pobres e mulheres de elite. Assim, uma mulher de classe baixa sendo mãe ou realizando os afazeres domésticos, é como se ela estivesse fazendo o que deve ser feito. Quando uma mulher de classe social alta, aí ela é elogiada por ser uma boa esposa, mãe e dona do lar, é como se ela estivesse obtendo destaque no desempenho de suas responsabilidades cotidianas.

Portanto, a situação das atividades desempenhadas pelas trabalhadoras domésticas remuneradas não alcançava valorização ou reconhecimento, pois era como se estivessem fazendo simplesmente o que era o seu dever, uma função típica, nada mais do que a sua obrigação. Desta forma, consideramos particularmente significativa a forma como a temática das trabalhadoras domésticas remuneradas passou a ser muito discutida no período de 1973 pelo Jornal O Estado, especialmente a respeito do processo de regularização trabalhista desse tipo de emprego. A questão dos direitos trabalhistas alcançou aí alguma visibilidade.

3.1.1 Leis e Lutas: A Evolução da Legislação para o Trabalho Doméstico

O *Estado* procurou discutir o tema dos direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas especialmente a partir do ano de 1973. Pois, foi com a edição da Lei nº 5.853, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973, que a profissão de empregado doméstico contou com registro do contrato na carteira de trabalho, inscrição na Previdência Social e férias remuneradas¹⁷⁴. Foi a partir dessa lei de 1972 que foram acrescentados alguns benefícios aos trabalhadores domésticos.

No início de 1973, o Jornal *O Estado* publicou algumas abordagens sobre os direitos da trabalhadora doméstica. Ao informar sobre as leis que protegiam a empregada, o jornal expôs um texto informando sobre as

¹⁷⁴ GOMES, Daniela Vasconcellos. A Importância da Lei Complementar nº 150/2015 para a efetividade da Dignidade Humana do Trabalhador Doméstico. Rev. TST, Brasília, vol. 83, no 1, jan/mar 2017.

mudaças e benefícios tanto para empregador quanto para empregada:

Até há pouco tempo, ser empregada doméstica no Brasil significava pertencer a uma das maiores e mais marginalizadas forças de trabalho do país. Por isso, a lei que estende aos empregados os benefícios da previdência social representa um primeiro e importantíssimo passo para o reconhecimento profissional da classe e sua inclusão nas categorias amparadas, pelas leis trabalhistas. Por outro lado, ela levantou uma série de dúvidas e questões que precisam ser esclarecidas para que tanto as patroas como as empregadas encarem a lei, não como um instrumento perigoso que vai piorar as suas relações pessoais e profissionais, mas como uma norma que irá promover um melhor entendimento entre elas¹⁷⁵.

Nesse trecho, o autor desconhecido reforça o quanto o trabalho doméstico era marginalizado e desvalorizado no país e que essas novidades e benefícios trouxe indagações de ambas as partes. Pois, apesar do direito e das vantagens, existia um temor dos empregadores de ter que lidar com toda burocracia e custos conforme nova legislação e de alguns trabalhadores preferirem manter a informalidade para manter nos empregos.

[...] a grande maioria dos empregados domésticos não imagina que pode ter direitos e não percebe sua condição profissional num país em que a mão-de-obra é bem maior que a oferta de empregos. Na maior parte das vezes a doméstica é uma empregada vinda de uma classe social mais baixa que a do empregador e com pouquíssima instrução, o que impossibilita seu acesso a empregos melhores, limitando-o a cuidar da alimentação e limpeza da casa do empregador, assim como cuidar de seus filhos e lavar sua roupa¹⁷⁶.

Como exposto, as empregadas domésticas remuneradas tinham muitos afazeres, pois além de cuidar da casa, da alimentação, ainda tinham que cuidar dos filhos. E isso na maioria dos casos não era reconhecido, pois muitos patrões e patroas pagavam um valor desproporcional ao trabalho desempenhado pela empregada. De acordo com o jornal, “O que os patrões querem é pagar o mínimo possível e obter a melhor cozinheira e arrumadeira e conquistar sua fidelidade com o mínimo de esforço”¹⁷⁷. Além disso, era bastante frequente os casos de meninas que saíam do interior do Estado para as casas de parentes ou conhecidos na capital com a finalidade de supostamente ajudar a cuidar das crianças ou da casa ou até mesmo para estudar, e que, na prática, eram

¹⁷⁵ Leis que protegem a empregada. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, 30 out. 1973.

¹⁷⁶ Leis que protegem a empregada. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, 30 out. 1973.

¹⁷⁷ Leis que protegem a empregada. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, 30 out. 1973.

utilizadas como mão-de-obra, em troca do lar, alimentação e vestimentas. Portanto, muitas vezes o trabalho realizado não era sequer remunerado. O jornal enfatizou que essa relação também era bastante comum: “Muitas começam trabalhando para a família ainda meninas e acabam preenchendo funções importantíssimas dentro de casa”¹⁷⁸. Vale destacar que essas situações foram explicitadas pelo jornal, assim como informações sobre o processo de regularização das empregadas domésticas:

“A cartilha é no sistema pergunta e respostas, deixando bem explicado o que deve ser feito, para evitar que as empregadas percam tempo de um lado para o outro em busca de documentos, ou que compareçam ao local sem os papéis necessários”.¹⁷⁹

A cartilha disponível no jornal continha 30 perguntas com respostas com o objetivo de fornecer orientações sobre a regularização da carteira de trabalho. Ou seja, estava em questão a garantia dos direitos aos empregados domésticos, como aposentadoria, férias e assistência.

Já a partir de amanhã, todos os postos de identificação da Delegacia Regional do Trabalho estarão em condições de fornecer carteiras profissionais às empregadas domésticas. A distribuição das cartilhas que orientam os empregadores e empregados sobre a lei que estendem os benefícios da Previdência Social as domésticas atrasarão, pois o serviço gráfico do INPS só poderá imprimi-las dentro de duas semanas. Entrando em vigor a nova lei, todas as empregadas domésticas, maiores e menores, serão obrigadas a ter registro do Ministério do Trabalho e a descontar o INPS.¹⁸⁰

A matéria publicada no jornal mencionava a existência de trabalhadoras maiores e menores, ou seja, era bastante frequente que meninas, menores de idade, atuassem como trabalhadoras domésticas. Percebemos um esforço em difundir essa informação e de que as empregadas fossem tirar suas carteiras de trabalho, utilizando o termo até de obrigatoriedade. O governo não se preocupava apenas com a situação das domésticas de regularizar, mas também era uma forma de arrecadação, que seria viável com a carteira de trabalho. No entanto, esse movimento não estava tendo a repercussão esperada, tendo em vista que muitos desconheciam o sistema tanto entre empregadas quanto entre empregadores.

¹⁷⁸ Leis que protegem a empregada. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, 30 out. 1973.

¹⁷⁹ CARTILHA das domésticas. Jornal O Estado, Teresina, n. 196, p. 03, 14 abr. 1973.

¹⁸⁰ DOMÉSTICAS já podem tirar a carteira profissional. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.03, 11 abr. 1973.

3.1.1.1 As trabalhadoras domésticas e o dilema da regularização

No jornal *O Estado* aparecem algumas orientações do processo de regularização do trabalho doméstico, de como fazer a carteira de trabalho, dos direitos das empregadas e empregadores, assim como deveres.

A seguir um trecho que revela essa realidade. Com o título “Doméstica já é gente. Vamos regularizá-la”:

A regulamentação das empregadas domésticas, no entanto, não teve até agora a repercussão esperada. As patroas nem sequer sabem do fato, e muito menos da obrigatoriedade da Carteira do Ministério do Trabalho. Na Avenida Joana Angélica, Célia de Souza Seabra, não tem a menor idéia de como resolver a situação de Maria, uma “menina” de 16 anos, que trabalha com ela há mais de cinco anos. Maria veio do interior ainda criança e é como se fosse cria da casa. Não sabe ler nem escrever e dificilmente procurará obter seus direitos previdenciários agora regulamentados: primeiro D. Célia sempre lhe deu tudo que ela precisa, inclusive assistência médica, depois Maria não sabe sequer o que significa regulamentação de profissão “Se for para a gente aprender a ler, eu já estou no Mobral da prefeitura. Fora disso eu prefiro continuar assim porque essa tal CLT não vai me pagar o ordenado nem comprar roupa”, diz Maria. Outra palavra que pouco significa para ela é ‘férias’. ‘Se eu tiver de passar um mês fora daqui eu não tenho para onde ir. Esse negócio de férias pode me deixar no olho da rua’.¹⁸¹

O título desse trecho denota como se a empregada doméstica antes fosse de fato trabalhadora marginalizada, sem direitos, sem proteção o que a faria ainda não ser gente. Como mencionado anteriormente era muito comum jovens saírem do interior do estado para morar com familiares ou conhecidos na capital, onde elas atuavam como empregadas ou babás. Este caso descrito, retrata essa realidade, e mostra que a moça temia possíveis problemas relacionados à ideia de férias como “não remuneradas” e outras consequências relacionadas ao registro em carteira.

O jornal dá margem para a colocação da jovem, reforça que as trabalhadoras não almejavam esses direitos, ou seja, fortalece a ideia de que as conquistas desses direitos poderiam resultar em prejuízos para essas trabalhadoras, tanto quando menciona sobre as férias quanto sobre a possibilidade de não ter mais o trabalho, ou de que a CLT não iria “pagar o ordenado”. Pois, com a ausência dela durante um período e a necessidade dos empregadores de ter alguém que dê continuidade aos serviços, pois o

¹⁸¹ DOMÉSTICA já é gente. Jornal *O Estado*, Teresina, n. 201, p. 03, 24 abr. 1973.

serviço doméstico ele é diário, ela poderia chegar e já ter outra pessoa no seu lugar. Além disso, é possível notar a profunda naturalização da precariedade da condição de vida e de trabalho da menor, assim como a sua não escolarização. O trecho apresenta essa relação de trabalho como realizado entre duas mulheres, sendo que “D. Célia sempre deu tudo que ela precisa”. A menina, então com 16 anos, foi apresentada nos termos “é como se fosse cria da casa”, mas para quem havia sido impossibilitado o “ler e escrever”.

Então a jovem demonstra uma grande desconfiança com relação ao papel da educação em sua realidade quando fala que se for para aprender a ler, ela já estava matriculada no Mobral. De acordo com os registros realizados pelo jornal, a jovem ainda considerava que não ia conseguir comprar as coisas com o dinheiro que receberia, e ela já ganhava roupas, médico, etc. A conquista de direitos parecia implicar a perda desses supostos benefícios informais. Então todos esses fatores contribuem para a ausência de vontade de ir atrás dos direitos, e o jornal destaca isso. Essas situações desencorajam muitas pessoas de buscarem formalizar com o registro da carteira de trabalho. E muitos empregadores não queriam essa formalização, pois teriam que garantir direitos aos seus empregados.

Ainda que o jornal tenha enfatizado que a repercussão não havia sido como esperada, diversas trabalhadoras domésticas procuraram efetivar sua carteira de trabalho como foi o caso da primeira doméstica a tirar a carteira no Piauí:

Imagem 28 – Primeira doméstica a tirar carteira



Fonte: Jornal O Estado. Arquivo Público do Piauí.¹⁸²

Eulina Conceição Barbosa foi a primeira empregada doméstica do Piauí a requerer sua carteira profissional junto a Delegacia Regional do Trabalho, de acordo com o decreto recém assinado pelo presidente Médici na pasta do Trabalho concedendo este benefício à classe. Até ontem apenas vinte e oito empregadas domésticas haviam solicitado carteira profissional, o que é bastante insignificante, levando-se em conta que em Teresina existe muita gente exercendo esta profissão.¹⁸³

Como observado na imagem, a primeira a tirar a carteira parece ser uma senhora com mais idade. Além dela, outras pessoas tinham solicitado a carteira profissional, porém aparentemente em quantidade inferior ao esperado, o que era intrigante pois existiam muitas trabalhadoras domésticas no período. Possivelmente, os temores quanto às possibilidades de que o registro resultasse em problemas ou insatisfação dos empregadores podem ter contribuído para essa baixa adesão. O jornal, pela forma como abordou a questão em diversas ocasiões, contribuiu para difundir a imagem de que as trabalhadoras não consideravam a conquista desse direito como positiva ou necessária, e que temiam várias consequências negativas nas suas condições de trabalho. E, conforme dados do IBGE, em 1970, no Piauí, tinham 11.839 mulheres empregadas domésticas¹⁸⁴. Era uma quantidade alta de trabalhadoras.

Dessa forma, com a falta de emprego, qualificação e oportunidade, muitas mulheres iam para esse mercado de trabalho doméstico. Algumas vinham de outros municípios na esperança de conseguir emprego na Capital. Essas atitudes as colocavam em alguns riscos, mulheres eram atraídas para Teresina com promessa de emprego e no final eram sequestradas e mantidas em cárceres. A busca incessante por um ofício levava meninas e mulheres a serem ludibriadas com propostas de trabalho que acabavam resultando em condições abusivas e precárias comparáveis ao processo de escravização. É o caso descrito no jornal sobre o mercado de doméstica que foi descoberto em Teresina:

Depois de praticamente desarticular uma quadrilha que vinha traficando menores em Teresina, agentes da Polinter iniciaram

¹⁸² ESTA doméstica é a primeira a tirar a carteira. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.01, 18 abr. 1973.

¹⁸³ ESTA doméstica é a primeira a tirar a carteira. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.01, 18 abr. 1973.

¹⁸⁴ IBGE 1970.

investigações rigorosas, visando o desbaratamento de outra perigosa gang, que vem agenciando empregadas domésticas, num verdadeiro comércio de escravas, cobrando taxas de corretagem, para colocação em sub-empregos, em residências e casas comerciais. O motorista conhecido por Alberto é o ponto de partida para as investigações e nas primeiras declarações apontou uma mulher que atua nas agências de ônibus, convocando as domésticas que chegam do interior, prometendo bons empregos, mas que na realidade são verdadeiros cativeiros¹⁸⁵.

Infelizmente, essa situação parecia ser bastante comum e ainda acontece atualmente. Muitas mulheres na esperança de deslocar para Capital e conseguir um emprego, era interrompido por criminosos, que utilizavam da inocência e fragilidade para praticar esse crime de mantê-las em condições de escravidão. Outro caso apresentado no jornal, apesar de ser em outro país, mostra o quão era real a vulnerabilidade da mulher em ambientes desconhecidos por ela na tentativa de buscar melhores condições. “O Sunday Times informou que muitas garotas filipinas atraídas a Londres com promessas de bons empregos, estão sendo submetidas a um regime quase de escravidão. [...] Chegadas à Inglaterra, as moças são obrigadas a aceitar condições de trabalho e salário que nenhuma mulher aceitaria”¹⁸⁶. Essa outra situação parecia reforçar a imagem de fragilidade e vulnerabilidade das mulheres, especialmente as de baixa renda, suscetíveis a situações que elas não criaram e não queriam, mas por necessidade acabaram arriscando e se submetendo.

O trabalho doméstico remunerado aparece de forma mais evidente como fundamental na sociedade piauiense. Porém, mantinha através de organizações voltadas para modelar e qualificar elas no âmbito doméstico. Não tinham muitas opções para seguir, não tinham muitas condições para estudar, não tinham tempo, tinham filhos, então essa inserção da mulher no ambiente doméstico como meio de ter uma renda, foi naturalizada como única opção para as mulheres mais pobres e de baixa qualificação profissional. De acordo com Cardoso, a desigualdade social entre mulheres atravessava a relação que elas poderiam ter com a educação, a qualificação e com o mercado de trabalho:

A profissionalização feminina, que vinha se desencadeando em frações das classes média e alta, sustentava-se no trabalho doméstico realizado por mulheres pobres. O trabalho das criadas, das

¹⁸⁵ Descoberto mercado de domésticas em Teresina. Jornal O Estado, Teresina, n. 860, p. 01, 26 set. 1975.

¹⁸⁶ Garotas escravas. Jornal O Estado, Teresina, n. 200, p. 03, 19 abr. 1973.

cozinheiras, das lavadeiras, das engomadeiras e das copeiras era uma das condições que favoreceram o ingresso das mulheres mais abastadas no mercado de trabalho. Isto porque o trabalho doméstico permanecia uma responsabilidade feminina. O que, por sua vez, criava demandas por trabalho doméstico remunerado. Nas décadas de 1940 e 1950, uma grande parcela das mulheres economicamente ativas, em Teresina e no Piauí, prestava serviços domésticos remunerados¹⁸⁷.

O trabalho doméstico remunerado, com baixo reconhecimento social e baixa remuneração, foi um caminho pelo qual o trabalho precarizado de mulheres pobres possibilitasse melhores condições para a educação, a qualificação e o acesso de mulheres de classe média e alta a melhores empregos e melhores salários. As mulheres prestavam serviços domésticos remunerados e ainda não regularizados. Porém existiam tentativas do governo nesse processo de regulamentar, o que era também pra arrecadar, não era apenas pensando nos direitos das empregadas domésticas. Pois, assim como expostos muitas não tinham interesse, pois além de desconhecem, acreditavam que poderiam perder seus empregos, então isso pode ter motivado a baixa procura de confecção da carteira de trabalho.

¹⁸⁷ CARDOSO, Elizângela Barbosa. Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960). 2010, 535f. p. 92. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como o Jornal *O Estado* abordou sobre as mulheres trabalhadoras no período em análise de 1972 até 1975 com recorte espacial de Teresina-PI, capital do Estado piauiense. Para o resultado foi feita uma análise do período histórico da década de 1970 da situação política, social e econômica que se encontrava o país e conseqüentemente o Piauí. Foi observado que as questões sobre as mulheres estavam em voga, as pautas femininas quanto ao acesso ao mercado de trabalho, os espaços e os papéis desempenhados por elas tornaram-se temas importantes na chamada segunda onda do movimento feminista. Foi observado na fonte de pesquisa, jornal *O Estado*, que ao tempo em que as mulheres eram viabilizadas como seres de mudança e importância social, também existiam situações em que eram expostas com publicações e textos machistas como foi exposto no início desta pesquisa. Dessa forma, com foco no trabalho exercido pelas mulheres no período em estudo e como era exposto no periódico, foi feita inicialmente uma análise contextual da situação feminina no Piauí, em especial em Teresina.

Assim como nas demais regiões do Brasil, o Piauí vivenciava um processo de mudança, e a capital Teresina, passava por um processo de modernização, apesar de aparecer isso constantemente no Jornal *O Estado*, também constava as mazelas sociais como a falta de emprego que provocava a migração. Muitas pessoas do interior ou de estados vizinhos deslocavam para Teresina a fim de buscar melhor condição de vida, pois além de ser capital, era uma cidade que estava sendo modernizada com construções civis, nesse período foi construída Universidade Federal do Piauí na década de 1970. E também tinham aqueles que saíam de Teresina para outros estados com a finalidade de conseguir emprego e até mesmo de estudar.

Essas transformações acompanharam as mudanças na condição feminina, observa-se que muitas mulheres, especialmente as de classe média e as de classe alta, conquistavam empregos mais qualificados como resultado de seu acesso aos estudos. No ano de 1974 a porcentagem de mulheres aprovadas no vestibular era superior a de homens, então isso é um significativo de que o ensino superior que antes não era acessado pelas mulheres, agora era em grande maioria ocupado por elas nos diversos cursos. Em contrapartida, é possível observar que ainda existiam exigências em algumas

vagas de emprego e até concurso, que o candidato fosse do sexo masculino. E algumas vagas de emprego tinham como requisito que a mulher tivesse boa aparência, no decorrer da pesquisa é perceptível que os trabalhos desempenhados por algumas mulheres antes de serem reconhecidas pela atividade fim é colocado antes a sua beleza, sua simpatia e sua desenvoltura, tudo isso é colocado anteriormente a sua competência. Até quando tem suas próprias conquistas nas notícias dão um jeito de colocar um homem seja o esposo ou o pai por ser uma pessoa que era conhecida ou compunha a elite piauiense. Diante disso parece que a mulher deve a sua conquista a alguém, como é colocado no exemplo das secretárias, uma profissão bastante sexualizada na sociedade e foi reforçado no periódico, demonstrando desrespeito as mulheres e a essa profissão. Então percebe-se a dualidade do Jornal *O Estado*, que reforça a importância feminina na política, nos estudos, nos ambientes públicos e também mostra um preconceito e um machismo contra elas.

É fato que a mudança na economia e a necessidade de mão-de-obra contribuiu para inserção feminina em outros segmentos de trabalho e a necessidade de qualificação proporcionou o acesso ao estudo no ensino superior e outros cursos que não fosse somente voltado para docência. Pois muitas mulheres eram formadas professoras, normalistas, era uma profissão considerada feminina, então era muito mais comum ver mulheres exercendo o papel de professora e também de outros que envolvia cuidado como enfermeira e doméstica.

Através do jornal *O Estado*, foi possível perceber que existia uma diferença entre as mulheres consideradas da elite, por terem uma condição melhor, e as mulheres com menos poder aquisitivo, até o curso e os espaços que ocupavam. As mulheres com maiores condições estudavam em boas escolas, frequentavam faculdades, que possibilitariam exercer uma profissão regular. Também tinha aquelas que eram empresárias no ramo de cosméticos, de beleza e de vestuário. Essas mulheres, no geral, tinham um destaque no jornal *O Estado*, como pessoas bem apresentadas, eram elogiadas e até o papel de mães e esposas que exerciam era ressaltado, principalmente aquelas que trabalhavam e ainda assim “cuidavam” do lar. Então para essas mulheres existiam regalias e reconhecimentos.

No entanto, o que era disponibilizado para as mulheres de menor poder aquisitivo era bem diferente. Para essas mulheres o governo disponibilizava cursos disponibilizado pela Organização para o Lar (ORLAR) de doméstica, assistente do lar, ou seja uma forma de aprimorar e qualificar o que algumas dessas mulheres mais pobres já faziam. Isso também configura uma forma de manutenção dessa atividade e de mantê-las nessa posição. Assim como fizeram com o apoio criado para as lavadeiras, que não contemplava todas, mas tinha na teoria uma forma de ajudar essas mulheres a continuarem trabalhando como lavadeiras, disponibilizando um espaço que comportasse essa atividade, que pudessem deixar os filhos e que tivessem assistência social. Essa era uma boa iniciativa para essas mulheres poderem continuar ganhando o dinheiro delas, sem ter que ficarem expostas ao sol na beira do rio, contudo não foi um programa que contemplou todas de forma eficaz. Então, tinha uma movimentação de manter essas mulheres nas posições em que elas estavam, durante o estudo da fonte não foi observado nenhum outro programa que buscasse qualificar as mulheres nessas condições para atividades com profissões regulares. Quando as mulheres saem literalmente para os espaços públicos elas são comparadas aos homens, como é o caso das ambulantes.

Durante a pesquisa foi observado o caso da cobradora de ônibus, que era cobrada a estudar, porém ela dizia não ter tempo, infelizmente, ela precisava trabalhar e não tinha tempo de qualidade que pudesse estudar para conseguir e almejar outro emprego. Essa é a realidade que muitas mulheres vivenciavam e vivenciam até hoje, principalmente quando tem que conciliar com a maternidade e a dona de casa. Então a realidade dessas mulheres é diferente das outras que tiveram mais oportunidades e tinham mais condições financeira. Demonstra que os espaços públicos ocupados pelas mulheres durante inserção ao mercado de trabalho são diferentes, então até o processo de conquista das mulheres não são iguais entre as próprias, são realizações e realidades diferentes.

As mulheres que desempenhavam papel de empregadas domésticas passaram por um processo de regularização, porém nem todas concordavam com isso. No ano de 1973 são muitas notícias envolvendo a regulamentação das empregadas domésticas e incentivando pois a procura para retirada da carteira de trabalho estava muito inferior ao esperado. Isso é

explicado pelo receio de algumas perderem os benefícios que já tinham ou até mesmo o emprego como foi exposto no terceiro capítulo desta pesquisa. O trabalho doméstico era uma atividade muito praticada por muitas mulheres no período, tanto que tinha a capacitação através da ORLAR como mencionado.

Conforme foi exposto, conclui-se que o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi contínuo e não é igual entre todas, pois dependendo das condições, oportunidades e dos lugares ocupados, as mulheres também diferem entre si dos espaços públicos que ocupam. Porém a busca por reconhecimento e respeito é geral, mesmo não ocupando os mesmos ambientes, as mulheres buscam reconhecimento do que são e dos papéis que desempenham. Por vezes o trabalho foi adquirido por necessidade, por vezes por vocação, por vezes por vontade e por vezes por honra. As lutas femininas, as mudanças sociais e as transformações na década de 1970 contribuíram para a presença feminina no âmbito público ou a continuidade no âmbito privado, seja em qual ambiente a mulher optou por exercer seu papel, sua escolha deve ser respeitada e reconhecida, há mulheres para tudo e para todos ambientes.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. Cadernos de Saúde Pública, RJ, 3 (3): 297-305, jul/set, 1987.

ANISTIADA, advogada presa na ditadura no Piauí desabafa: “minha alma já doeu muito”. Portal Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/187335/anistiada-advogada-presa-na-ditadura-no-piaui-desabafa-minha-alma-ja-doeu-muito>. Acesso em: 26 out. 2022.

ALVARENGA, J. E.S. Espaços em tensão: gênero, trabalho e lazer em Teresina, Piauí (1975-1985). 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

BARONE, R. S; BASTOS, P. P. Z; MATTOS, F. A. M. A distribuição de renda durante o milagre econômico brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto para Discussão. Instituto de Economia Unicamp, Campinas, n.251, fev. 2015. p. 20. Disponível em: <eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história. Revista Comunicação e Mercado. UNIGRAN- Dourados, MS, v.01, n.02, p. 79-87, nov. 2012.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: F.C.M.C., 1996.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Feminismo e masculinidade no início do século XX. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais. Set-Dez, vol. 9, Ano IX, nº 3, 2012. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 27 jul. 2022.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Múltiplas e Singulares: História e memórias de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2002. 180 f.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, Educação e Trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. História Revista, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 103–128, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/32045>>. p. 117. Acesso em: 27 jul. 2022.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org) – 3. Ed. - Fontes Históricas, São Paulo. Contexto, p. 111-153, 2005, p. 118.

ENGELS, F. A origem da família da propriedade privada e do Estado Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 23 ed. São Paulo: Graal, 2004.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva.; MEDEIROS, Jayra Barros. Movimentos de mulheres: (re)construindo subjetividades femininas em Teresina, Piauí (1980). Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 237-252, jul./dez. 2011.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999, p. 62-93.

FRANKLIN, Camila Fortes. Triste louca ou má: os perfis da mulher com transtornos mentais na imprensa piauiense. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Belem- PA. 2019.

FURLAN, Elisângela. Educação na década de 1970: formação sem informação. p. 01-12.

GOMES, Alveralicy da Costa. E tu mulher, estás no Jornal? As representações femininas no jornal O Estado em Teresina. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Piauí (UESPI), 2018.

GOMES, Daniela Vasconcellos. A Importância da Lei Complementar nº 150/2015 para a efetividade da Dignidade Humana do Trabalhador Doméstico. Rev. TST, Brasília, vol. 83, no 1, jan/mar 2017.

HABNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção de famílias. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). Nova História das mulheres no Brasil. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43- 64.

HOCHSCHILD, Arlie R. The second shift. New York, Avon Books, 1989; e The time bind: when work becomes home and home becomes work. New York, Metropolitan Books, 1997.

IBGE 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>.

IRACEMA recebe homenagem em Exposição do Governo do Estado. OAB-PI. Disponível em: <https://www.oabpi.org.br/iracema-santos-rocha-advogada-e-presa-politica-na-ditadura-recebe-homenagem-em-exposicao-do-governo-do-pi/>. Acesso em: 26 out. 2022

ISACONI, Rose. Mobral fracasso do Brasil. Estadão, São Paulo, 08 set. 2010. Disponível em: < [Mobral, fracasso do Brasil grande - Brasil - Estadão \(estadao.com.br\)](http://estadao.com.br)> Acesso em: 28 de fev. 2018.

JORNAL do Brasil, n. 285, 11 mar. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1970_00285.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

LEI n. 5859, de 11 de dezembro de 1972. “Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/11/2022.

LIMA, Frederico Osanan Amorim.; CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. Linguagem e Jornalismo experimental juvenil em Teresina nos anos 1970. Revista de História e Estudos Culturais, v. 11, ano XI, nº 2, jul-dez. 2014.

LIMA, Jurandir Gonçalves. Memórias afetivas de Teresina: Tensões entre tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). Tese (Doutorado em História) UFPE, Recife, 2016. 358 f.

LIMA, Talita Kamache R. de. Modernizar para progredir: a relação entre as transformações físicas de Teresina e a construção de um imaginário de progresso (1971-1975). Contraponto: Revista do departamento de história do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 05, n. 1 jan./jun. 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. Revista Tempo. Rio de Janeiro, v.01, n. 02, p. 73-98, 1996.

MAURENTE, Vanessa.; TITTONI, Jaqueline. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. Psicologia & Sociedade; 19 (3): 33-38, 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MELLO, Soraia Carolina de. Discussões feministas na imprensa para mulheres: Revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989). (Tese Doutorado). Florianópolis, 2016. 460f.

MONTE, Regianny Lima. Vidas Incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970. Teresina: Instituto Federal do Piauí, 2017.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

MORIN, Tania Machado. Virtuosas e Perigosas: as mulheres na Revolução Francesa. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2013.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva.; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. “Palavras são navalhas”: discursos políticos e o Estado autoritário nos jornais de Teresina (1971-1975). XIII Encontro Estadual de História – História e Mídias: narrativas em disputa. 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras. Teresina: EdUESPI, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. 2012. Disponível em: <gthistoriacultural.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2022.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. Revista Clio, v. 28, n. 1, 2010. UFPE. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240/19662>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. De professora primária à militante pró-feminista? História, memória e escrita de si em Teresina na segunda metade do século XX. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 2015, Florianópolis, SC. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. ANPUH, 2015.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. R. Katál., Florianópolis, v.23, n.3, p. 562-571, set/dez. 2020.

[PERNAMBUCANAS - Mais de 102 anos de sucesso no varejo brasileiro | Fashion Bubbles](#) acesso em 29/12/2023.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, (4), 9–28. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 26 set. 2022.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros/ Michelle Perrot: seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, p.09-18, ago/set. 1989. 7

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil, São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74. Dez. 1971. Disponível em:<bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>. Acesso em: 24 set. 2022.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. Revista Tecnologia e Sociedade – 2ª edição, 2012.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Luiz Philippe dos Santos. O milagre econômico brasileiro (1968-1973). UFPR, 2007. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/handle/1884/76809>. p.04. Acesso em: 25 set. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). UFPI, 2008.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. Permanências e ruptura: mulheres, família e casamento em Teresina nos anos 1970. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Lianzi dos Santos. Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politeia - História E Sociedade, 8(1). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da Silva.; NETO, Marcelo de Sousa. Na beira dos rios, a margem da cidade: configurações do trabalho feminino na cidade de Teresina-PI (década de 1970). *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v.10, n.1, p. 52-66, jan./jul. 2019.

SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. Das “margens”: as transformações na cidade de Teresina-PI, Sob O Olhar de Suas Lavadeiras (Década De 1970). 30 Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 218- 2377.

SOIHET, Rachel; Pedro, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, Jenilda da Silva. Entre o espaço público e o espaço privado: representações femininas veiculadas no *Jornal o Dia* em Teresina/PI na década de 1970. UFRN- Natal, 2020.

SOUSA, Letícia Gomes de. Arquitetura de feições brutalistas no Piauí: dez exemplares. Dissertação – (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense (1970 a 1988). 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SOUZA, Flavia Fernandes. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. *Revista mundos do trabalho*, vol. 7, n. 13, jan/jun. 2015. P. 275-296.

TARDIN, Elaine Borges.; BARBOSA, Murilo Tebaldi.; LEAL.; Polliana da Costa Alberone. Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. *Revista Transformar*, Itaperuna, RJ, n.7, p. 119-135. nov. 2015.

TILLY, Louise. A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, (3), 28–62. 2007. Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. p. 34. Acesso em: 27 out. 2022.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

ADVOGADA não para luta para ser juíza. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, p. 01, 09 nov. 1973.

AMBULANTES nas praças. Jornal O Estado, Teresina, p.5, n. 776, 20 jun. 1975.

ANO da mulher. Jornal O Estado, Teresina, 08 mai. 1973, n. 212, p. 11.

APROVAÇÃO. Miscelânea Notícias. Jornal O Estado, Teresina, n. 401, p. 04, 23 jan. 1974.

AS BODEGAS estão falindo. Jornal O Estado, Teresina, n.809, p. 4, 26 jul. 1975.

CAIXA forte. Gente e Notícia. J. Valmir. Jornal O Estado, Teresina, n. 275, p. 09, 21 jul. 1973.

CARTILHA das domésticas. Jornal O Estado, Teresina, n. 196, p. 03, 14 abr. 1973.

CEARENSE não perde a mania de emigrar. Jornal O Estado, Teresina, 08 mar. 1974, n. 435, p. 10.

CENTRO Materno Infantil. Coluna de Iracema. Jornal O Estado, Teresina, p.02, 11 mai. 1972.

CHARGE secretária. Jornal O Estado, Teresina, n. 194, p. 03, 05 abr. 1973.

CHARGE secretária. Jornal O Estado, Teresina, n. 198, p. 03, 10 abr. 1973.

CINQUENTA MIL piauienses recebem Médici. Jornal O Estado, Teresina, n. 192, p.01, 03 abr. 1973.

COBRADORES de ônibus sem carteira assinada, sem nenhuma garantia. Jornal O Estado, Teresina, n. 905, p.12, 02 dez. 1975.

COLUNA da Iracema. I CONFER. Jornal O Estado, Teresina, p. 02, 01 jun. 1972.

CURIOSIDADES do Piauí. Jornal O Estado, Teresina, n. 127, p.4, 05 jan. 1973.

DESCOBERTO mercado de domésticas em Teresina. Jornal O Estado, Teresina, n. 860, p. 01, 26 set. 1975.

DIAS, Carlos. Drama de Teresina. Jornal O Estado, Teresina, 27 fev. 1975, n. 704, p.08.

DOMÉSTICA já é gente. Jornal O Estado, Teresina, n. 201, p. 03, 24 abr. 1973.
ESTA doméstica é a primeira a tirar a carteira. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.01, 18 abr. 1973.

DOMÉSTICAS já podem tirar a carteira profissional. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.03, 11 abr. 1973.

EMIGRAÇÃO. Jornal O Estado, Teresina, 08 jun. 1974, n. 510, p. 01.
Mulher piauiense vai a congresso. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 23 mai. 1972.

EMPACOTADORAS na Mapil. Jornal O Estado, Teresina, n. 227, p. 16, 25 mai. 1973.

ESTA doméstica é a primeira a tirar a carteira. Jornal O Estado, Teresina, n. 199, p.01, 18 abr. 1973.

EXEMPLO de mulher. Jornal O Estado, Teresina, p. 03, n. 845, 09 set. 1975.

GAROTAS escravas. Jornal O Estado, Teresina, n. 200, p. 03, 19 abr. 1973.

GOVERNO vai aproveitar mão-de-obra feminina. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

GOVERNO tem emprego. Jornal O Estado, Teresina p. 1, 07 jan. 1972.

INSTITUTO Charl's. Jornal O Estado, Teresina, n.56, p. 8, 06 out. 1972.

LEIS que protegem a empregada. Jornal O Estado, Teresina, n. 349, 30 out. 1973.

MÃES têm entidades para sua assistência. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 15 mai. 1972.

MAIS de 600 professoras para o Piauí. Jornal O Estado, Teresina, n.647, 22/23 dez. 1974

MÉDICI: cidadão piauiense. Jornal O Estado, Teresina, 05 out. 1973. n. 334, p.01.

MÉDICI chega ao Piauí. Jornal O Estado, Teresina, n. 191, p.01, 1 e 2 abr. 1973.

MÉDICI quer mais mulheres na vida política. Jornal O Estado, n. 299, p. 03, Teresina, 19 ago. 1973.

MIGRAÇÃO o drama de Teresina. Jornal O Estado, Teresina, 27 fev. 1975, n. 705, p.01.

MOBRAL promove curso. Jornal O Estado, Teresina, n. 456, p. 1, 03 abr. 1974.

MOBRAL acusado de servir políticos. Jornal O Estado, Teresina, n. 203, p. 01, 26 abr. 1973.

MULHER piauiense vai a congresso. Jornal O Estado, Teresina, p. 01, 23 mai. 1972.

MULHER faz parte agora do Troca-Troca. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 10, 21 fev. 1974.

ORLAR cumpre sua meta. Jornal O Estado, Teresina, n. 290, p.01, 08 ago. 1973.

POMPILO Santos. Mulher na Secretaria de Educação. Jornal O Estado, Teresina, n. 823, p. 2, 13 ago. 1975.

PRAÇA SARAIVA: o abandono continua. Jornal O Estado, Teresina, p.5, n. 776, 20 jun. 1975.

SENAC realiza seis cursos e seminário em outubro. Jornal O Estado, Teresina, n. 861, p.01, 27 set. 1975.

SEU problema é emprego. Jornal O Estado, Teresina, 04 jan. 1974, n.387, p. 01.

SOL prejudica orçamento de lavadeiras. Jornal O Estado, Teresina, n. 845, p. 04, 11 set. 1975.

Super Sociais. Naila e Universidade. Jornal O Estado, Teresina, n.856, p. 2, 21/22 set. 1975.

TELEPISA abre concurso. Jornal O Estado, Teresina, n. 234, p. 01, 02 jun. 1973.

TRABALHO feminino. Jornal O Estado, Teresina, n. 476, p. 02, 28/29 abr. 1974.

UM CAMELÔ diferente. Jornal O Estado, Teresina, n. 426, p. 07, 21 fev. 1974.

VALMIR, J. Gente e Notícia. Jornal O Estado, Teresina, n. 264, p. 11, 08 jul. 1973.

VERA aprovada concurso. Mauro Júnior. Jornal O Estado, Teresina, n. 450, p.02, 27 mar. 1974.

VESTIBULAR. Coluna de Iracema. Jornal O Estado, Teresina, n. 392, p. 07, 11 jan. 1974.

Você Concorda. Página da Mulher. Jornal O Estado, Teresina, n. 64, p. 09, 15 out. 1972.